



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

**Edital de Pregão Eletrônico SRP nº. 05/2025 – ALEAC**  
**COMPRAS.GOV Nº. 90005/2025**

Torna-se público que a **Assembleia Legislativa do Estado do Acre**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 04.039.657/0001-13, com sede no Município de Rio Branco - AC, situada à Rua Arlindo Porto Leal, nº 241, Centro – CEP nº. 69.909-040, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Complementar 123/2006, Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decretos Estaduais nº 11.363/2023 e nº 5.965/2010, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO:</b>	563/2025
<b>ÓRGÃO CONTRATANTE:</b>	Assembleia Legislativa do Estado do Acre
<b>UASG nº:</b>	928250
<b>MODALIDADE:</b>	PREGÃO
<b>FORMA:</b>	ELETRONICA
<b>SRP:</b>	(X) SIM ( ) NÃO
<b>CRITERIO DE JULGAMENTO</b>	(x) MENOR PREÇO POR ITEM
<b>MODO DE DISPUTA:</b>	(x) Aberto ( ) Fechado ( ) Aberto/Fechado
<b>VALOR CARÁTER SIGILOSO:</b>	(x) Sim ( ) Não
<b>VALOR ORÇADO:</b>	(X) Valor Estimado ( ) Valor Máximo Aceitável ( ) Valor de Referência
<b>PREFERÊNCIA ME / EPP / EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)</b>	(x) Sim ( ) Não
<b>INTERVALOR MÍNIMO DE LANCES:</b>	R\$ 00,05 (cinco centavos)
<b>INVERSÃO DE FASES:</b>	( ) Sim (x) Não
<b>PROVEDOR:</b>	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV) <a href="http://www.comprasgov.br/compras">http://www.comprasgov.br/compras</a>
<b>DATA DA ABERTURA</b>	23/02/2026
<b>HORÁRIO DE BRASILIA</b>	10h30min
<b>RETIRADA DO EDITAL</b>	04/02/2026



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

SITES	<a href="https://www.compras.gov.br">https://www.compras.gov.br</a> ; <a href="https://www.al.ac.leg.br">https://www.al.ac.leg.br</a> no banner Portais/Transparência/Licitações; <a href="https://licitacoes.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes">https://licitacoes.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes</a>
PREGOEIRO (A):	Roberto Bezerra de Souza
NOMEAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO:	Resolução n.53/2026, de 27/01/2026, publicado no Diário Eletrônico Legislativo Ano XIII, nº 5225 de 02/02/2026, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio.
O Pregão será realizado pelo Pregoeiro acima designado, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio serão designados pela autoridade superior da ALEAC.	
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

## 1. DO OBJETO

**1.1.** Será objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na prestadora de serviços de transporte de passageiros mediante fretamento de ônibus, micro-ônibus, vans, com motorista e combustível, sob regime de quilômetro rodado e diárias, para o interior do Estado do Acre e Capital, para atender as demandas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**1.3. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET – Catálogo de Materiais - CATMAT e as especificações constantes do Anexo I deste Edital, prevalecerão às do edital.**

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Em cumprimento ao art. 48, inc. I, da Lei Complementar n. 123/2026, os itens desta licitação serão destinados à participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte, desde que tenha a participação de, no mínimo, 03 microempresas ou empresas de pequeno porte com a apresentação de proposta.

**2.6.** Caso não seja atendido este requisito previsto em lei, os itens deverão ser de ampla disputa, conforme a Lei Complementar n. 123, de 2006 e suas alterações.

**2.7.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações.

**2.8. Não poderão disputar esta licitação:**

**2.8.1.** A empresa que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.8.2.** O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.8.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.8.4.** Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.8.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.8.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.8.7.** Pessoa Física ou Jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.8.8.** Agente público do órgão licitante;

**2.8.9.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.8.10.** Empresas estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.

**2.9.** O impedimento de que trata o item 2.8.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.10.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.11.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.12.** O disposto nos itens 2.8.2 **Erro! Fonte de referência não encontrada.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.13.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.14.** A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO**

**3.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

**3.2.** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

**3.3.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**3.4.** Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. 148 do Decreto Estadual 11.363/2023.

### **4. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**4.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**4.2.** O agente de contratação ou comissão de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória, conforme art. 146, § 1º do Decreto Estadual n. 13.363/2023.

**4.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no email: [cplaleac@hotmail.com](mailto:cplaleac@hotmail.com), ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo na Sede da Assembleia Legislativa, no endereço: Rua Arlindo Porto Leal, nº 241, Centro – CEP. 69.909.040, Rio Branco – AC, no Subsolo, na sala da Comissão de Contratação, de Segunda à sexta feira, no horário de 8hs às 14hs.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**4.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**4.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**4.4.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <https://www.gov.br/compras> e no site <https://www.al.ac.leg.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

**4.5.** Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

**5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**5.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**5.2.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**5.2.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**5.2.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**5.2.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.3.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seu art. 43, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**5.3.1.** No item exclusivo para participação de microempresa e empresa de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**5.3.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**5.4.** A falsidade da declaração de que trata o item 5.2 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**5.5.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**5.6.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**5.7.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**5.8.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**5.8.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**5.8.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.9.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**5.9.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**5.9.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**5.10.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**5.11.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**5.12.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**6.1.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**a)** está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções ou acordos coletivos de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

**b)** cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital e seus anexos;

**c)** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

**d)** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º, ambos da Constituição Federal; cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- e) não possui fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública ou vedação de participação nesta licitação; e
- f) se responsabiliza pelas transações que efetuar no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados por representante, e excluindo a responsabilidade do provedor do sistema, órgão ou entidade promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- g) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123 de dezembro de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.
- 6.2.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, sob pena de desclassificação:
- 6.2.1.** Valor unitário e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.;
- 6.2.2.** Marca do item licitado;
- 6.2.3.** Quantidade, devendo respeitar o quantitativo para registro de preços.
- 6.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3.1.** O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao quantitativo previsto para contratação.
- 6.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.6.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.6.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6.2.** As propostas de preços deverão ser informadas com somente **02 (duas)** casas decimais após a vírgula.
- 6.6.3.** Os licitantes poderão retirar ou substituir sua proposta ou documentos complementares, ou modificar sua declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, a partir da data de publicação da licitação até o dia e horário de início da sessão pública.
- 6.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 7.8.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**6.9.** A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023.

**6.10.** E demais exigência prevista no termo de referência – Anexo I.

**7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** Após o horário de início da sessão pública, os licitantes não poderão inserir, retirar ou substituir a proposta ou os documentos complementares, anteriormente inseridos no sistema.

**7.3.** A verificação da conformidade da proposta e eventual desclassificação será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

**7.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**7.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.6.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item/lote.

**7.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.8.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, está disposto na página inicial deste edital.

**7.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**7.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**7.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos **últimos 02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

**7.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**7.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**7.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**7.12.6.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.12.7.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.12.8.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**7.12.9.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**7.12.10.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **15 (quinze) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor inicial de sua proposta.

**7.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.19.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.19.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.19.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5%



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

(cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.19.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:**

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei n. 14.133/2021;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.20.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no território do Estado do Acre;

II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

**7.21.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**7.22.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.23.** Ao licitante é assegurado o prazo mínimo de **5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.

**7.24.** Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá prorrogar o prazo para aceitação da contra proposta.

**7.25.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.26.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.27.** Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

**7.28.** O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

**7.29.** O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no Modelo de Proposta de Preços, deste edital, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de desclassificação.

**7.30.** O prazo de que tratam o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [cplaleac@hotmail.com](mailto:cplaleac@hotmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).

**7.31.** Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “**Anexar**”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

**7.32.** Confirmado o envio do anexo, o link “**Anexar**” do fornecedor passa a ter a função de “**Consultar**”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “**Anexo**” o link “**Convocado**”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “**Consultar**”.

**7.33.** Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail: [cplaleac@hotmail.com](mailto:cplaleac@hotmail.com), dentro do prazo estabelecido.

**7.34.** Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

**7.35.** O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.

**7.36.** Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.

**7.37.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

**8.1.** O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

**8.2.** O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**8.3. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão a qualquer momento para realização de diligência junto a empresa provisoriamente primeira classificada.**

**8.4.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**8.4.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**8.5.** Será desclassificada a proposta que:

**8.5.1.** Contiver vícios insanáveis;

**8.5.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**8.5.3.** Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

**8.5.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**8.5.5.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**8.5.6.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**a)** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**b)** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.6.** O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

**8.7.** A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

**8.7.1.** Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

**8.7.2.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.7.3.** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

**8.7.4.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**9.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**9.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- e) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Unificada da Fazenda Federal, compreendendo: Dívida Ativa da União, Quitação de Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias- INSS);
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a lei nº. 12.440/2011
- c) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativa ao domicílio ou sede do Licitante, da Dívida Ativa da Fazenda Estadual;
- d) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede do Licitante, relativa a tributos estaduais, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede do Licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;
- f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**9.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.
  - a.1) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme estabelece o inciso I do Art. 69 da Lei 14.133/2021.
  - b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas tributadas com base no lucro real que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

d) Os documentos referidos no inciso I do caput do Art. 69 da Lei 14.133/2021, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**9.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Apresentar Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

a.1) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) Apresentar declaração de disponibilidade para futura contratação dos profissionais e veículos necessários para executar os serviços contratados.

c) E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I, do edital.

d) Os documentos necessários à habilitação quando estiverem desatualizados no SICAF ou, ainda, quando não estiverem nele contemplado, deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta de preços.

**9.1.5. DA HABILITAÇÃO DE COOPERATIVAS**

a) As cooperativas que desejarem participar do presente certame deverão apresentar, além dos documentos exigidos acima, para as demais pessoas jurídicas, deverão apresentar os seguintes documentos específicos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a Lei nº 5.764/1971:

a.1) Estatuto Social registrado no órgão competente.

a.2) Ata de eleição da atual diretoria.

a.3) Registro da cooperativa na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), conforme o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

**9.2.** Os documentos necessários à habilitação quando estiverem desatualizados no SICAF ou, ainda, quando não estiverem nele contemplado, deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta de preços.

**9.3.** Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias corridos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

**9.4.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

**9.5.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das ME's e das EPP's será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

**9.6.** Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**9.7.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**9.8.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e documentos complementares (quando for o caso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), sob pena de inabilitação.

**9.9.** Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado deverá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

**9.10.** O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação da Licitante primeira classificada e a convocação dos demais licitantes, conforme ordem de classificação.

**9.10.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**9.11.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.12.** A veracidade da documentação será verificada pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**9.13.** Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail: [cplaleac@hotmail.com](mailto:cplaleac@hotmail.com) dentro do prazo estabelecido.

**9.14.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

**9.14.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**9.15.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

**9.15.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação do proponente. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**9.16.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**9.17.** Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

**10. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO**



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**10.1.** Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

**10.1.1.** A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

**10.2.** Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - Complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e

III - Comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

**10.3.** Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

**10.4.** Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

**10.5.** A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

**10.6.** Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do agente de contratação ou comissão de contratação.

**10.6.1.** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [cplaleac@hotmail.com](mailto:cplaleac@hotmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).

**10.7.** Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada no sistema.

**10.8.** Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

## **11.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**11.1.** A ARP será assinada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação formal, a Administração convocará os vencedores e caso estes se recusarem, incidirão as penalidades pertinentes.

**11.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**11.3.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**11.4.** Serão formalizadas uma única ata ou quantas forem necessárias para o registro de todos os itens ou grupos constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**11.5.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

**11.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**11.7.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**11.8.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**11.9.** Na hipótese prevista acima, o gerenciador da Ata de Registro de Preços convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28 do Decreto Federal n. 14.462/2023.

**11.10.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**12.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**12.1.1.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**12.1.2.** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

**12.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**12.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**12.3.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**12.4.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**12.4.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**12.4.2.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

**12.5.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**12.5.1.** Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**12.5.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### **13. DOS RECURSOS**

**13.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2.** Qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer, no prazo de 10 (dez) minutos e em campo próprio do sistema, de forma imediata após o julgamento da proposta e da habilitação, sob pena de preclusão.

**13.3.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação via sistema.

**13.4.** Os demais licitantes ficarão intimados para, caso queiram, apresentar suas contrarrazões, em 3 (três) dias úteis, a partir da data final do prazo do recorrente, pela mesma forma de apresentação do recurso, assegurada a vista dos documentos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**13.5.** As razões e contrarrazões dos recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**13.6.** A apreciação se dará em fase única; e

**13.6.1.** Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

**14.5.** O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento dos autos.

**13.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**13.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado do Acre: <https://www.al.ac.leg.br>.

**13.11.** A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**14.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

- 14.1.1.** Determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;
- 14.1.2.** Revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;
- 14.1.3.** Anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e
- 14.1.4.** Adjudicar e homologar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

**15. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

**15.1.** Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação.

**15.2.** O prazo que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, desde que seja devidamente justificado e aceito pela Administração.

**15.3.** Na convocação serão consultados o CEIS e o CNEP, e será exigida a comprovação da manutenção das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas também durante a vigência do contrato.

**15.4.** Nas hipóteses de o adjudicatário se encontrar inidôneo ou impedido de contratar com a Administração Pública, não comprovar a manutenção das condições de habilitação, recusar-se a assinar o contrato, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a análise da proposta e de eventuais documentos complementares, feita a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, assinar o contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**15.5.** Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do item 16.3., a ALEAC, observando o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a)** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; e
- b)** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**15.6.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta.

**16. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**16.1.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**17. DA UTILIZAÇÃO DA ARP POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

**17.1.** A ata de registro de preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 do Dec. Estadual 11.363/2023 e as demais condições previstas neste instrumento.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**17.2.** O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, e indicará as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**17.3.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**17.4.** A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias contados da autorização, admitida a prorrogação excepcional e justificada desse prazo, a pedido do interessado, mediante anuência da detentora, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preços.

**17.5.** Cada órgão ou entidade da Administração Pública estadual poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual for integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observando-se os requisitos previstos neste artigo.

**17.6.** Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

**17.7.** Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual poderão aderir, na qualidade de não participantes, a atas de registro de preços gerenciadas pela Administração Pública direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, inclusive do Estado do Acre, e do Distrito Federal ou a atas de registro de preços gerenciadas por consórcios públicos formados por esses entes, condicionada à:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista neste Decreto;

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor; e

IV - previsão no respectivo edital ou na ata de registro de preços de quantitativo reservado à adesão por órgãos e entidades não participantes.

**17.8.** Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o art. 335 do Dec. Estadual 11.363/2023:

I - as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes; e

II - a soma de todas as adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**17.9.** Exaurido o saldo destinado aos órgãos e entidades participantes, poderá ser solicitada ao órgão ou entidade gerenciadora a utilização do quantitativo passível de adesão, desde que haja concordância da detentora.

**17.10.** A utilização de saldo destinado à adesão somente poderá ocorrer após exaurido todo o saldo de órgãos e entidades participantes, considerando-se os quantitativos de itens ou lotes espelhados, salvo quando, justificadamente, houver necessidade de manutenção da uniformidade contratual.

**18. DO MODO DE GERENCIAMENTO DA ATA**

18.1. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados por meio de ferramenta de gestão de atas, quanto:

I - aos quantitativos e aos saldos;

II - às solicitações de adesão; e

III - ao remanejamento das quantidades.

**19. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

19.1. Conforme disposto no Anexo I deste Edital.

**20. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA**

20.1. Conforme disposto no Anexo I deste Edital.

**21. DA SUBCONTRATAÇÃO**

21.1. Não será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

**22. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO**

22.1. Conforme disposto no Anexo I deste Edital.

**23. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO E CRITÉRIO DE REAJUSTE DO PREÇO**

23.1. Conforme disposto no Anexo I deste Edital.

**24. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

24.1. Não se aplica.

**25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

25.1. Conforme disposto no Anexo I deste Edital.

**26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

26.1. Os licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021, Decreto Estadual n.º 5.965/2010 e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

26.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

**27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- 27.1.** As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 27.2.** Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.
- 27.3.** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 27.4.** A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 27.5.** Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 27.6.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 27.7.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 27.8.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 27.9.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 27.10.** Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.
- 27.11.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 27.12.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 27.13.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 27.14.** Em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a participação no presente certame pressupõe a aceitação de que os dados pessoais fornecidos pelos licitantes no decorrer do procedimento licitatório serão de conhecimento público, podendo ser divulgados em portais oficiais do Governo.
- 27.15.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site <https://www.al.ac.leg.br>.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**27.16.** O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios: <https://www.gov.br/compras>; <https://www.al.ac.leg.br> no banner Portais + Transparência + Licitações;

**27.17.** O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

**27.18.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**Anexo I:** Termo de Referência;

**Anexo II:** Minuta da Ata de Registro de Preços;

**Anexo III:** Minuta de Minuta de Contrato;

**Anexo IV:** Modelo de Proposta de Preços;

**Anexo V:** Declaração de Elaboração independente de proposta;

**Anexo VI:** Declaração de Não Vínculo;

**Anexo VII:** Declaração de Disponibilidade de Profissionais e Equipamentos para a execução do Contrato.

Rio Branco- AC, 02 de fevereiro de 2026.

**Edital Elaborado por:**

**Marcia Calil Mendivil**  
Membro da Comissão de Contratação





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

**1.1.** Contratação de empresa especializada na prestadora de serviços de transporte de passageiros mediante fretamento de ônibus, micro-ônibus, vans, com motorista e combustível, sob regime de quilômetro rodado e diárias, para o interior do Estado do Acre e Capital, para atender as demandas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2. DA NATUREZA DOS SERVIÇOS:**

Os serviços a serem prestados devem possuir padrões de desempenho e qualidade de modo objetivo, seguindo as definições especificadas no Edital por meio das classificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços de uso comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

**1.3. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO SERVIÇO:**

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UND	QUANT. CONSUMO	QUANT. REGISTRO	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
01	25089	Serviço de transporte em veículo ônibus, <b>LEITO TURISMO</b> , com 2 andares, <b>MODELO DOUBLE DECK</b> , ou equivalente, veículo novo ou seminovo, ano/modelo de fabricação a partir de 2015, carro com ACESSIBILIDADE (plataforma Elevatória), motorista da licitante vencedora, equipado com WC, ar condicionado, Internet WI-FI, sistema de multimídia completo, geladeira (com reposição de água). Capacidade de transporte - entre 48 a 55 passageiros, cinto de segurança, poltronas reclináveis, apoio de perna e bagageiro. Deverá ser disponibilizada a quantidade suficiente de motoristas, que assegure o cumprimento das exigências previstas na Lei nº. 12.619, de 30 de abril de 2012 e suas alterações, a qual dispõe sobre o exercício da profissão de motorista. O <b>VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NA ANTT (AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE)</b> . Deverá estar	KM	7.500	15.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

		incluso todos os custos, direto e indireto tais como: Tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhista, seguro, pernoite, custos com alojamento dos motoristas e principalmente a despesa com combustível para todo o trajeto contratado					
02	25089	<p>Serviço de transporte em veículo ônibus, <b>EXECUTIVO</b>, com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados – veículo novo ou seminovo, ano/modelo de fabricação a partir de 2018, carro com <b>ACESSIBILIDADE</b> (cadeira de transbordo), motorista da contratada e equipado com WC, ar-condicionado, sistema de multimídia completo, para viagens Interestaduais e ou intermunicipais. Deverá ser disponibilizada a quantidade suficiente de motoristas, que assegure o cumprimento das exigências previstas na Lei nº. 12.619, de 30 de abril de 2012 e suas alterações, a qual dispõe sobre o exercício da profissão de motorista. O <b>VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NA ANTT (AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE)</b>. Deverá estar incluso todos os custos, direto e indireto tais como: Tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhista, seguro, pernoite, custos com alojamento dos motoristas e principalmente a despesa com combustível para todo o trajeto contratado.</p>	Km	10.000	20.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

03	25089	Serviço de transporte em veículo <b>MICRO-ONIBUS</b> , capacidade mínima de 44 passageiros sentados, cinto de segurança em todos os assentos. Para cada ônibus fretado, deverá ser disponibilizado motorista, que assegure o cumprimento das exigências previstas na Lei nº. 12.619, de 30 de abril de 2012 e suas alterações, a qual dispõe sobre o exercício da profissão de motorista. O <b>VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NA ANTT (AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE)</b> . Deverá estar incluso todos os custos, direto e indireto tais como: Tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhista, seguro, pernoite, custos com alojamento e principalmente a despesa com combustível.	KM	10.000	20.000		
04	25089	Serviço de transporte em veículo <b>MODELO VAN</b> - mínimo de 16 lugares”, tipo Mercedes-Benz, Renault, Citroen, Fiat ou similar. Ano/modelo de fabricação a partir de 2018, carro equipado com <b>ACESSIBILIDADE</b> (plataforma Elevatória), ar-condicionado, sistema de multimídia completo, cintos segurança, película fumê em todos os vidros laterais e traseiro, pneus novos, espelhos retrovisores em ambos os lados, seguro total sem custo de franquia para a Locatária, direção hidráulica, todos os bancos com apoio de cabeça, limpadores de para-brisa dianteiros e traseiros, manutenção preventiva, corretiva e reboque por conta da locadora, equipado com todos os itens básicos de	KM	25.000	35.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

		série, itens regulamentares de segurança, e com todos os itens do veículo funcionando perfeitamente, documentação em dia. Motorista disponibilizado pela contratada. O <b>VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NA ANTT (AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE)</b> . Deverá estar incluso todos os custos, direto e indireto tais como: Tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhista, seguro, pernoite, custos com alojamento e principalmente a despesa com combustível. Rota intermunicipal e municipal. Custo de combustível 100% da Contratada.					
05	25089	Serviço de transporte em veículo <b>MODELO VAN</b> - mínimo de 16 lugares”, tipo Mercedes-Benz, Renault, Citroen, Fiat ou similar. Ano/modelo de fabricação a partir de 2018, carro equipado com <b>ACESSIBILIDADE</b> (plataforma Elevatória), ar-condicionado, sistema de multimídia completo, cintos segurança, película fumê em todos os vidros laterais e traseiro, pneus novos, espelhos retrovisores em ambos os lados, seguro total sem custo de franquia para a Locatária, direção hidráulica, todos os bancos com apoio de cabeça, limpadores de para-brisa dianteiros e traseiros, manutenção preventiva, corretiva e reboque por conta da locadora, equipado com todos os itens básicos de série, itens regulamentares de segurança, e com todos os itens do veículo funcionando perfeitamente, documentação em dia.	Diária	50	100		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

		Motorista disponibilizado pela contratada. O <b>VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NA ANTT (AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE)</b> . Deverá estar incluso todos os custos, direto e indireto tais como: Tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhista, seguro, pernoite, custos com alojamento. Rota intermunicipal e municipal. Diária com franquia de 50 litros de combustível.					
<b>VALOR TOTAL</b>							

**1.4. DISTÂNCIA RODOVIÁRIA DE RIO BRANCO AOS DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ACRE:**

<b>REGIONAL ALTO ACRE</b>		
<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>DISTÂNCIAS (KM)</b>	<b>IDA/VOLTA</b>
ASSIS BRASIL	340,90	681,80
BRASILÉIA	230,00	460,00
EPITACIOLÂNDIA	228,90	457,80
XAPURI	184,70	369,40
<b>REGIONAL BAIXO ACRE</b>		
<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>DISTÂNCIAS (KM)</b>	<b>IDA/VOLTA</b>
ACRELÂNDIA	113,70	227,40
BUJARÍ	22,00	44,00
CAPIXABA	80,40	160,80
PLÁCIDO DE CASTRO	96,20	192,40
PORTO ACRE	62,00	124,00
SENADOR GUIOMARD	24,00	48,00
<b>REGIONAL PURUS</b>		





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>DISTÂNCIAS (KM)</b>	<b>IDA/VOLTA</b>
MANOEL URBANO	223,40	446,80
SENA MADUREIRA	139,10	278,20
<b>REGIONAL JURUÁ</b>		
<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>DISTÂNCIAS (KM)</b>	<b>IDA/VOLTA</b>
CRUZEIRO DO SUL	633,50	1.267,00
MÂNCIO LIMA	664,90	1.329,80
RODRIGUES ALVES	630,90	1.261,80
<b>REGIONAL TARAUCÁ-ENVIRA</b>		
<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>DISTÂNCIAS (KM)</b>	<b>IDA/VOLTA</b>
FEIJÓ	362,00	724,00
TARAUCÁ	406,60	813,20
<b>TOTAL GERAL KM</b>	<b>4.443,20</b>	<b>8.886,40</b>
<b>Fonte: DNIT/DERACRE</b>		

**Nota:** Nos municípios de Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Santa Rosa do Purus acesso somente aéreo e fluvial.

## **2. JUSTIFICATIVAS:**

### **2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1.1. A Assembleia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC, no exercício de sua função institucional, realiza atividades tanto na capital quanto no interior do estado, o que inclui sessões, audiências públicas, ações institucionais e atendimento às comunidades.

2.1.2. Considerando as características geográficas do Acre, com municípios distantes e acesso muitas vezes precário, sobretudo pela BR-364, que apresenta trechos em condições extremamente desfavoráveis, onde 600 km podem demandar mais de 12 horas de deslocamento, a necessidade de transporte terrestre seguro, confortável e eficiente torna-se imprescindível para garantir o pleno desempenho das atividades legislativas.

2.1.3. Portanto, a contratação visa não apenas assegurar a continuidade dos serviços institucionais, mas também preservar a segurança, a eficiência operacional e o adequado atendimento às demandas do Poder Legislativo Estadual, especialmente frente às limitações geográficas e logísticas impostas pela malha viária estadual.

### **2.2. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

2.2.1. A presente contratação foi estruturada de forma parcelada por itens, conforme a natureza e as especificidades dos serviços demandados, respeitando o princípio do parcelamento previsto no artigo 40 da Lei nº 14.133/2021.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**2.2.2** O parcelamento foi estabelecido da seguinte forma:

Item 01: Locação de Ônibus Leito Turismo (Double Deck);

Item 02: Locação de Ônibus Executivo;

Item 03: Locação de Micro-ônibus;

Item 04: Locação de Vans;

Item 05: Locação de Vans por diária.

**2.2.3.** A adoção do parcelamento justifica-se pelos seguintes fatores:

**2.2.4.** As características técnicas e operacionais dos veículos são distintas, sendo inadequado agrupar todos em um único item;

**2.2.5.** Permite que empresas especializadas em determinado tipo de veículo possam participar do certame, ampliando a competitividade;

**2.2.6.** Promove a obtenção de melhores preços e condições, além de atender de forma mais eficiente à necessidade da Administração;

**2.2.7.** Melhora o controle, acompanhamento e fiscalização da execução contratual, facilitando a gestão de cada modalidade de transporte de acordo com suas peculiaridades.

**2.2.8.** Portanto, o parcelamento não compromete a economicidade, ao contrário, assegura maior eficiência, competitividade e aderência às necessidades operacionais da ALEAC.

**2.3. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS**

**2.3.1.** Considerando a natureza do objeto licitado, consistente na Contratação de empresa especializada na prestadora de serviços de transporte de passageiros mediante fretamento de ônibus, micro-ônibus, vans, com motorista e combustível, sob regime de quilômetro rodado e diárias, para o interior do Estado do Acre e Capital, para atender as demandas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, trata-se de serviço de baixa complexidade técnica e de ampla disponibilidade no mercado local e regional. A contratação pretendida não exigirá da Administração Pública grandes vultos de investimentos.

**2.3.2.** A existência de possibilidade de execução do objeto por empresas individualmente, com capacidade técnica, operacional e econômica compatível com as quantidades estimadas, torna desnecessária e desproporcional a admissão de consórcios, os quais poderiam, inclusive, acarretar maior dificuldade na gestão contratual, especialmente no tocante à fiscalização, à definição de responsabilidades e à execução dos serviços.

**2.3.3.** Dessa forma, com fundamento no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a vedação à participação de empresas em consórcio, por razões de conveniência administrativa, simplicidade do objeto, ampla competitividade e eficiência na execução contratual, sem prejuízo à isonomia entre os licitantes ou à seleção da proposta mais vantajosa para realização da agenda institucional da ALEAC.

**2.4. JUSTIFICATIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS:**

**2.4.1.** Para o objeto desta licitação, a participação de cooperativas de trabalho na licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de passageiros por meio da locação de ônibus, micro-ônibus e vans com motorista, mostra-se juridicamente possível e tecnicamente viável, desde que observados os requisitos legais aplicáveis.

Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

I - As cooperativas deverão estar contidas nos termos da legislação aplicável (Lei nº 5.764/1971 e alterações), comprovando sua regularidade jurídica e fiscal, conforme preceitua o artigo 16 inciso I da Lei nº 14.133/2021;

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, conforme preceitua o artigo 16 inciso II da Lei nº 14.133/2021;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas, conforme preceitua o artigo 16 inciso III da Lei nº 14.133/2021;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação, conforme preceitua o artigo 16 inciso IV da Lei nº 14.133/2021;

V - Finalidade e Objeto: Uma cooperativa deve comprovar que a atividade objeto do contrato é compatível com sua finalidade e com os interesses de seus cooperados;

VI - Capacidade Técnica: As cooperativas devem comprovar, assim como outras empresas, que possuem capacidade técnica para executar o contrato, apresentando a documentação necessária para a licitação;

VII - Responsabilidade Solidária: No caso de prestação de serviços, especialmente no que se refere à mão de obra, uma cooperativa é solidariamente responsável com seus cooperados, garantindo a execução do contrato.

**2.4.2.** Dessa forma, a participação de cooperativas no certame é justificada com base nos seguintes fundamentos:

**a)** Ausência de vedação legal à participação de cooperativas de trabalho em procedimentos licitatórios, conforme jurisprudência pacífica dos tribunais de contas e dispositivos da Lei nº 12.690/2012;

**b)** Possibilidade de atendimento integral ao objeto contratual, uma vez que cooperativas organizadas e regularizadas podem dispor de frota própria ou contratada, bem como de motoristas devidamente habilitados para a execução dos serviços;

**c)** Fomento à economia solidária e ao trabalho cooperativo, atendendo aos princípios da função social da contratação pública e da valorização do trabalho humano, previstos na Constituição Federal;

**d)** Garantia de isonomia e competitividade no processo licitatório, assegurando a ampla participação de entes habilitados que preencham os requisitos técnicos, legais e operacionais definidos no instrumento convocatório.

## **2.5. JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**2.5.1.** A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de passageiros mediante fretamento de ônibus, com motorista e fornecimento de combustível, sob o regime de diárias e quilometragem rodada, visa atender às demandas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre em diversas situações, como eventos institucionais, visitas técnicas, deslocamentos de servidores ou parlamentares a localidades do interior, dentre outras ações administrativas e legislativas.

**2.5.2.** Tais demandas ocorrem de forma variável e imprevisível ao longo do exercício, sendo muitas vezes dependentes de programações específicas, convocações extraordinárias ou necessidades operacionais emergentes. Diante disso, não é possível prever com exatidão a



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

quantidade de deslocamentos, datas ou destinos, tornando-se inadequada a celebração de contrato com quantidades fixas ou cronograma definido.

Nesse contexto, o Sistema de Registro de Preços (SRP) revela-se a modalidade mais eficiente e vantajosa para a Administração, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, permitindo:

- A contratação conforme a necessidade real e imediata da Administração, evitando o comprometimento antecipado de recursos públicos;
- A flexibilidade na execução, diante da variação na frequência e no destino dos deslocamentos;
- A economia e racionalização processual, uma vez que o certame licitatório poderá gerar uma ata de registro de preços com validade de até 12 meses, com possibilidade de adesão por outros órgãos, se for o caso.

**2.5.3.** Além disso, a adoção do SRP está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, bem como à diretriz da administração por demanda, evitando contratações desnecessárias ou subutilizadas.

Diante do exposto, a adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se plenamente como a forma mais adequada de contratação para o objeto em questão, assegurando maior controle administrativo, flexibilidade operacional e otimização dos recursos públicos, conforme previsto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

## **2.6. JUSTIFICATIVA PARA O SIGILO DO ORÇAMENTO:**

**2.6.1.** Considerando que o objeto envolve serviços com preços fortemente influenciados pelas condições de mercado, como distâncias percorridas, localização geográfica, custos operacionais variáveis (combustível, mão de obra, manutenção), além da dinamicidade na demanda por deslocamentos, a divulgação antecipada do orçamento estimado da contratação poderia comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

**2.6.2.** A publicidade prévia dos preços referenciais tende a uniformizar artificialmente as propostas apresentadas, limitando a competitividade e comprometendo a livre formação de preços por parte dos licitantes. Tal prática pode ainda induzir os fornecedores a ofertarem valores próximos ao teto orçamentário estimado, ainda que suas estruturas de custo comportem preços inferiores.

**2.6.3.** Dessa forma, com base no disposto no art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o sigilo do orçamento estimativo é medida que se impõe, como forma de preservar o interesse público, assegurar a efetividade da competição e garantir a contratação mais vantajosa para a Administração Pública.

**2.6.4.** Importante destacar que o sigilo do orçamento:

- a) Será mantido somente até a fase de julgamento das propostas, nos termos da lei;
- b) Estará disponível, integralmente, aos órgãos de controle interno e externo, sempre que solicitado;
- c) Está fundamentado nos princípios da vantajosidade, eficiência e interesse público, não ferindo os princípios da publicidade e transparência, que serão plenamente restabelecidos após o momento adequado.

**2.6.6.** Diante disso, resta devidamente justificado o sigilo do orçamento estimado da contratação, com o objetivo de proteger o interesse público e garantir maior eficiência e competitividade no processo licitatório.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**2.7. JUSTIFICATIVA DE NÃO PUBLICAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**

**– IRP:**

**2.7.1.** Considerando que a contratação será utilizada somente por esta Casa Legislativa, sem haver previsão de adesão por outros órgãos ou entidades da Administração Pública, e diante da especificidade das necessidades, da natureza do serviço e do planejamento interno próprio da Assembleia, não se vislumbra vantagem ou interesse público relevante na publicação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

**2.7.2.** Nos termos do art. 86, §1º da Lei nº 14.133/2021, a divulgação prévia da IRP poderá ser dispensada mediante justificativa da autoridade competente, quando não se identificar a possibilidade ou conveniência de atender a outros órgãos ou entidades por meio da ata de registro de preços.

**2.7.3.** Além disso, a não publicação da IRP:

**a)** Não compromete a legalidade ou a transparência do processo, que seguirá todas as demais etapas e exigências da legislação vigente;

**b)** Evita atrasos no atendimento das demandas institucionais, dado o caráter interno, recorrente e, por vezes, urgente dos deslocamentos realizados por servidores e parlamentares da ALEAC;

**c)** Preserva a economicidade e a eficiência, ao evitar o processamento de solicitações de outros entes que não compartilham da mesma dinâmica operacional.

**2.7.4.** Diante de tais observações, não será publica a Intenção de Registro de Preços – IRP, sendo apenas realizada o cadastro junto ao sistema do Governo Federal: COMPRAS.GOV, nos termos da legislação vigente.

**3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

**3.1.** O referido processo, tem fundamento na lei nº 14.133/2021, do decreto estadual nº 11.363/2023, decreto estadual n. 5.965/2010, lei complementar nº 123/2006, a lei nº. 8.078/1990 - Código de defesa do consumidor e demais normas legais pertinentes aplicáveis.

**4. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO:**

**4.1.** Será utilizada a modalidade Pregão na forma Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços com critério de julgamento da proposta do **tipo menor preço por item**.

**5. DA EXCLUSIVIDADE DA PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP:**

**5.1.** Os itens com estimativa de valor abaixo de R\$ 80 mil reais serão DESTINADOS À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se enquadrem nas exigências de direito de preferência de que trata o Art. 48, Inciso I, da Lei Complementar nº. 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº. 147/2014);

**5.2.** Para cada item especificado deverá haver a participação, no mínimo, de 03 microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas com apresentação de proposta. O não atendimento à condição acima caracterizará o descumprimento do disposto no art. 49, inciso II da Lei Complementar nº. 123/2006, tornando o item de ampla disputa.

**6. DO QUANTITATIVO:**

**6.1.** A ALEAC não estará obrigada a adquirir os quantitativos dispostos neste Termo de Referência, devendo adquirir os materiais de acordo com a sua necessidade.

Os materiais que não forem adquiridos imediatamente ficarão registrados em ATA para





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

suprir qualquer eventualidade, quando necessário.

**7. DA PROPOSTA DE PREÇOS:**

**7.1.** Os preços deverão ser cotados de forma unitária e total dos produtos, já incluídos os tributos, encargos, combustível, seguros e demais ônus, sendo que o vencedor será aquele licitante que ofertar o menor preço unitário, **com somente duas casas decimais após a vírgula**, conforme características solicitadas do objeto.

**7.2.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**8. LOCAL E PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**8.1.** Os serviços serão executados nos municípios e na capital do Estado do Acre, conforme as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

**8.2.** Os serviços serão executados conforme demanda, geralmente em dias úteis, das 07h30min às 17h30min. Excepcionalmente, poderá ser requisitada para atender demandas urgentes e/ou extraordinárias fora desse horário, assim como em dias não úteis, conforme a necessidade da ALEAC;

**8.3.** O local de destino dos serviços será informado na Ordem de Serviço, aprovada pela Secretaria Executiva, expedida pela Subsecretaria de Patrimônio e Serviços da Assembleia Legislativa, podendo ser encaminhada, inclusive por e-mail.

**8.4.** Na ordem de serviço deverá conter:

- a) Local e hora de saída;
- b) Local e hora de retorno;
- c) Tipo de veículo solicitado para atender a demanda.

**8.5.** A ordem de serviço será encaminhada a empresa contratada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, anterior a realização do serviço.

**8.6.** Em atendimento a demandas emergenciais, autorizada pela Secretaria Executiva, o prazo para disponibilização do(s) veículo(s) solicitado(s) será de **até 4 (quatro) horas**, contadas a partir da formalização da solicitação por meio eletrônico, expedida pela Subsecretaria de Patrimônio e Serviços da Assembleia Legislativa.

**8.7.** Em situações extraordinárias previamente comunicadas, o atendimento deverá ocorrer **em até 24 (vinte e quatro) horas** após a solicitação, observada a disponibilidade e as condições operacionais contratadas.

**9. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:**

**9.1.** A contratada deverá apresentar informações sobre os veículos que serão utilizados em cada locação, inclusive fotos e histórico de manutenções realizadas, para verificação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias antes da data programada para a saída do veículo.

**9.2.** Os veículos deverão ser apresentados no prazo de até **48 (quarenta e oito) horas**, a contar da solicitação, na sede da contratante ou em algum outro local combinado entre as partes para a realização da vistoria inicial.

**9.3.** O horário de apresentação do veículo no local e hora de saída deverá anteceder pelo menos 60 (sessenta) minutos ao horário programado para o início da viagem.

**9.4.** O condutor deverá atender os seguintes requisitos:

- a) O motorista disponibilizado pela Contratada deverá trabalhar devidamente habilitado com CNH (Carteira Nacional de Habilitação) na categoria exigida para o veículo locado;
- b) Apresentar-se uniformizado, portando crachá de identificação fornecidos pela contratada;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

c) Não possuir antecedentes criminais, comprovados com a apresentação de certidão emitida por órgão competente;

d) Não ter cometido infração gravíssima nos 12 (doze) últimos meses, conforme regulamenta o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

**9.5.** A comprovação das condições de habilitação do condutor do veículo, acima elencadas deverão ser encaminhadas à contratante, no momento da apresentação do veículo para vistoria.

**9.6.** O motorista não terá nenhum vínculo empregatício com a Contratante, e a Contratada deverá atender a todas as obrigações trabalhistas perante seus funcionários.

**9.7.** Na prestação dos serviços, a Contratada responsabilizar-se-á pelas despesas de diárias para o motorista, despesas com combustível, estacionamento e outras despesas complementares.

**9.8.** Em caso de infrações de trânsito por parte do motorista, será de responsabilidade da Contratada.

**9.9.** Em caso de pane mecânica, retenção do automóvel, consertos, defeitos, avarias, furto, roubo, a contratada deverá dispor de outro veículo, similar ou superior, **até no máximo 4 (quatro) horas** após ser cientificada da ocorrência, o que poderá acontecer via telefone, por servidor responsável, indicado pela contratante.

**9.10.** Em caso de impossibilidade de substituição do veículo, em prazo superior a 12 (doze) horas, a contratada arcará com a despesa de transporte dos passageiros, do local da pane até o seu destino, sem nenhum custo adicional para a Contratante.

**9.11.** O veículo locado deverá apresentar seguro, compreendendo danos materiais e pessoais a terceiros e sem coparticipação no seguro, incluso cobertura contra incêndio, colisão, roubo ou furto, e terceiros (cobertura física e material), assistência técnica 24h, por diária de 24h, está se dará por conta do contratado.

**9.12.** Os veículos deverão estar conformidade com as normas ambientais, conforme RESOLUÇÃO COMANA N° 18, de 6 de maio de 1986, Art 4° do Decreto n° 7.746 /2012 e Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19 de janeiro de 2010, preferencialmente no Art. 5°.

**10. DA VISTORIA DOS VEÍCULOS:**

**10.1.** A vistoria inicial ocorrerá no prazo de até 24 (**vinte e quatro**) horas de antecedência da data prevista para a saída, na sede da contratante ou em algum outro local combinado entre as partes, realizada por servidor designado pela contratante, com o objetivo de verificar as condições gerais de conservação, higiene, segurança, funcionamento dos equipamentos obrigatórios, bem como a adequação às especificações do contrato e ao Código de Trânsito Brasileiro.

**10.2.** Caso qualquer veículo seja considerado inadequado ou não atenda as especificações do termo de referência, seja na vistoria inicial ou durante a execução contratual, a contratada deverá proceder à sua substituição imediata por outro veículo que atenda integralmente às exigências contratuais, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**10.3.** Ao término do deslocamento, a contratante realizará nova vistoria para verificar e atestar as condições dos veículos no momento da sua devolução, devendo a contratada reparar eventuais danos ou irregularidades que não decorram do uso regular autorizado.

**10.4.** A contratada será responsável por todos os custos relacionados à adequação, manutenção preventiva e corretiva dos veículos, bem como pela substituição imediata em caso de acidentes, panes, irregularidades constatadas ou desvio de padrão contratual.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**10.5.** Para os serviços prestados em caráter emergencial e/ou extraordinário deverão observar as mesmas condições técnicas, de segurança e qualidade previstas no contrato, inclusive quanto à documentação dos veículos e condutores. O prazo para a vistoria ocorrerá impreterivelmente, no prazo de 2 (duas) horas, no local designado da partida programada, realizada por servidor designado pela contratante, com o objetivo de verificar as condições gerais de conservação, higiene, segurança, funcionamento dos equipamentos obrigatórios, bem como a adequação às especificações do contrato e ao Código de Trânsito Brasileiro.

**11. DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO:**

**11.1.** Os serviços serão recebidos nas seguintes condições:

**11.1.1. Do Recebimento Provisório** –Após a vistoria, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência da partida para o deslocamento, mediante termo de recebimento expedido pela Subsecretaria de Patrimonio e Serviços, assinado pelo servidor designado, desde que os veículos solicitados na Ordem de Serviço estejam em conformidade com as especificações contidas no termo de referência, sendo verificado ainda:

- a) as condições gerais do veículo tais como higiene, funcionamento, itens obrigatórios;
- b) Documentação dos veículos: licenciamento, seguro, vistoria do Detran;
- c) Identificação do motorista, conforme estabelecido neste termo de referência;
- d) Apresentar a autorização para transporte de passageiros emitido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Acre – AGEAC/AC, conforme disposto na ORIENTAÇÃO NORMATIVA CGE Nº 003/2018, que dispõe sobre a regulamentação da prestação de serviços de transporte de passageiros por fretamento contínuo (Locação de Veículos) sujeitar-se-ão à previa autorização e fiscalização da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre – AGEAC.

**11.1.2. Do Recebimento Definitivo** - será formalizado após a realização da vistoria que comprove o atendimento das exigências contidas no termo de referência, por servidor designado pela contratante.

**11.1.3.** A contratante poderá recusar os veículos que apresentem irregularidades ou não atendam às especificações, devendo a contratada realizar as correções ou substituições no prazo máximo de até **04 (quatro) horas**, sob pena de aplicação de sanções contratuais.

**12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:**

**12.1.** As despesas decorrentes da contratação almejada serão suportadas pelo Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Acre:

**Programa de Trabalho:** .....

**Elemento de Despesa** - 3.3.90.30.00.00

**Fonte de Recursos** – 15000100 - RP

**13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**13.1.** O pagamento à Contratada será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após a execução dos serviços, com nota fiscal devidamente atestada pelo servidor designado/responsável, em correspondência com os serviços prestados, a qual deverá constar o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

com as condições constantes na proposta da empresa contratada e aceita pela Administração.

**13.2.** No ato do pagamento, será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa, nos termos da legislação pertinente, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

**13.3.** Documento fiscal deverá ser emitido em conformidade com o indicado na Ordem de Entrega com as seguintes identificações:

- a) Identificação do contratado
- b) A data de emissão;
- c) Os dados do contrato e da Contratante;
- d) O quantitativo de produto;
- e) O valor a ser pago; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**13.4.** Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira =  $[(TX/100)/365]$

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

**13.5.** Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na sede da ALEAC, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

**13.6.** Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

**13.7.** Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

**13.8.** A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

**13.9.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora. (IN 06, DE 23 de dezembro de 2013 da SLTI do MPOG).



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**13.10.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância de impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será iniciado após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para Contratante.

**13.11.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**13.12.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**13.13.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**13.14.** De conformidade com o Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, que normatizou o SIAFIC, estabelecendo que todos os Poderes devem utilizar o Sistema Único de Execução Orçamentaria, Administração Financeira e Controle, o licitante/contratado. Portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ/AC, que poderá ser feito por meio do endereço eletrônico: <http://sefaz.acre.gov.br>.

## **14. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **14.1.1. DA HABILITAÇÃO JURIDICA**

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

c) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- d) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- e) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**14.1.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Unificada da Fazenda Federal, compreendendo: Dívida Ativa da União, Quitação de Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias- INSS);
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a lei nº. 12.440/2011
- c) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativa ao domicílio ou sede do Licitante, da Dívida Ativa da Fazenda Estadual;
- d) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede do Licitante, relativa a tributos estaduais, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede do Licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;
- f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**14.1.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONOMICA-FINANCEIRA**

- c) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.
- a.1) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.
- d) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme estabelece o inciso I do Art. 69 da Lei 14.133/2021.
- b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas tributadas com base no lucro real que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.
- c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.
- d) Os documentos referidos no inciso I do caput do Art. 69 da Lei 14.133/2021, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**14.1.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- a) Apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

**b)** As empresas licitantes deverão apresentar Declaração, que indique o pessoal profissional, as instalações e o aparelhamento adequado e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, em conformidade com o art. 67, III da Lei 14.133/21.

**14.1.5. EXCLUSIVO PARA COOPERATIVA DE TRABALHO**

Para a participação de cooperativa o ato convocatório deve exigir ainda:

**a)** Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

**b)** Cópia autenticada da Ata da Assembleia Geral de Fundação;

**c)** Cópia autenticada do Estatuto, devidamente registrado na OCB/AC e na Junta Comercial;

**d)** Cópia autenticada do Edital de convocação da Assembleia Geral e da Ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros.

**15. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO**

**15.1.** Apresentar a autorização para transporte de passageiros emitido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Acre – AGEAC/AC, conforme disposto na orientação normativa CGE nº 003/2018, que dispõe sobre a regulamentação da prestação de serviços de transporte de passageiros por fretamento contínuo (locação de veículos) sujeitar-se-ão à previa autorização e fiscalização da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre – AGEAC.

**16. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**16.1.** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, concedendo às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) o direito de apresentar proposta de preço inferior à da melhor classificada, caso está não se enquadre como tal, observados os limites legais.

**16.2.** Persistindo o empate entre propostas ou lances, após a aplicação do referido tratamento, será adotada, de forma sucessiva, a ordem de critérios de desempate estabelecida no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, na seguinte sequência:

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430, de 2023) Vigência

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**16.3.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**17. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**17.1.** O licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados da data de sua convocação formal, prorrogável uma única vez por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

**17.2.** O não comparecimento injustificado no prazo fixado para a assinatura da Ata poderá ensejar:

**a)** A decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021;

**b)** A convocação dos demais licitantes, respeitada a ordem de classificação, conforme previsto no edital.

**17.3.** A assinatura da ARP não implica contratação imediata, mas compromisso de fornecimento futuro nas condições e preços registrados, conforme demanda da Administração, durante o prazo de vigência da Ata.

**18. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**18.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme o estabelecido no art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e Art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, terá início na data de sua assinatura, tendo como eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Eletrônico Legislativo.

**19. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA E CADASTRO RESERVA:**

**19.1.** Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

**19.1.1.** Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº 11.363 de 22/11/2023.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**19.1.2.** Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.

**19.1.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.

**19.2.** O registro de que trata o item 19.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.

**19.3.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 19.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.

**19.4.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 19.1.2 e o item 19.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**19.4.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**19.4.2.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

**19.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**19.6.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**19.6.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**19.6.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **20. DA VEDAÇÃO ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS:**

**20.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **21. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**21.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**21.2.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**21.3.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

**21.4.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:

**21.4.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**21.4.2.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**22. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**22.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**22.2.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**22.3.** O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**22.4.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**22.5.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

**23. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES:**

**23.1.** A ata de registro de preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 do Dec. Estadual 11.363/2023 e as demais condições previstas neste instrumento.

**23.2.** O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, desde que





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, e indicará as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**23.3.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**23.4.** A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias contados da autorização, admitida a prorrogação excepcional e justificada desse prazo, a pedido do interessado, mediante anuência da detentora, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preços.

**23.5.** Cada órgão ou entidade da Administração Pública estadual poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual for integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observando-se os requisitos previstos neste artigo.

**23.6.** Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

**23.7.** Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual poderão aderir, na qualidade de não participantes, a atas de registro de preços gerenciadas pela Administração Pública direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, inclusive do Estado do Acre, e do Distrito Federal ou a atas de registro de preços gerenciadas por consórcios públicos formados por esses entes, condicionada à:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista neste Decreto;

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor; e

IV - previsão no respectivo edital ou na ata de registro de preços de quantitativo reservado à adesão por órgãos e entidades não participantes.

**23.8.** Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o art. 335 do Dec. Estadual 11.363/2023:

I - as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes; e

II - a soma de todas as adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**23.9.** Exaurido o saldo destinado aos órgãos e entidades participantes, poderá ser solicitada ao órgão ou entidade gerenciadora a utilização do quantitativo passível de adesão, desde que haja concordância da detentora.

**23.10.** A utilização de saldo destinado à adesão somente poderá ocorrer após exaurido todo o saldo de órgãos e entidades participantes, considerando-se os quantitativos de itens ou lotes espelhados, salvo quando, justificadamente, houver necessidade de manutenção da uniformidade contratual.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**24. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

**24.1.** Após a homologação, adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal, prorrogável uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

**24.2.** O não comparecimento injustificado no prazo estabelecido caracteriza o desinteresse na contratação, ensejando as sanções cabíveis previstas na legislação, sem prejuízo da convocação dos demais licitantes, conforme a ordem de classificação.

**24.3.** A assinatura do contrato poderá ser realizada de forma presencial ou eletrônica, por meio de sistema próprio utilizado pela contratante.

**25. DA VIGENCIA DO CONTRATO:**

**25.1.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze), a contar de sua assinatura, deverá observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar o exercício financeiro, podendo ser prorrogado, conforme art. 106 da Lei nº 14.133/21.

**26. DA EFICÁCIA:**

**26.1.** A eficácia da presente contratação estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Eletrônico Legislativo, Diário Oficial do Estado do Acre, Portal da ALEAC, Portal das Licitações – TCE AC, conforme prazos e diretrizes estabelecidos na Resolução TCE/AC n. 129/2024.

**26.2.** A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

**a)** 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

**27. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**27.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

**27.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**27.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

**27.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

**27.5.** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**27.6.** Rejeitar o veículo ofertado, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- 27.7.** Notificar, por escrito, à CONTRATADA, defeitos e irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando prazos para sua correção, conforme estabelecido neste termo;
- 27.8.** Solicitar o reparo ou substituição dos veículos quando for o caso.
- 27.9.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.
- 27.10.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.
- 27.11.** Informar à CONTRATADA sobre quaisquer alterações de horários e rotinas de serviço.
- 27.12.** Caso ocorra qualquer irregularidade durante a vigência do contrato por parte da contratada, a contratante aplicará a multa de acordo com o que prevê as normativas do Decreto 5.965/2010.
- 27.13.** Exigir a documentação de comprovação do cumprimento das obrigações referentes aos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

**28. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 28.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 28.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990;
- 28.3.** Comunicar ao Contratante por e-mail (subsec.patrimonioeserv@gmail.com), no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis que antecede a data de execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 28.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 28.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os veículos nos quais sejam verificados defeitos resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;
- 28.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 28.7.** Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- 28.8.** responsabilizar-se pela garantia do serviço solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
- 28.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;

**28.10.** A contratada será civil e criminalmente responsável por todo e qualquer acidente ou danos causados aos usuários ou a terceiros, na execução dos serviços contratados, inclusive pagamento de indenizações devidas;

**28.11.** A contratada fica obrigada e responsável pela observância às exigências das leis de trânsito vigentes;

**28.12.** A contratada fica proibida de transportar passageiros estranhos aos serviços prestados (CARONA) e principalmente produtos perigosos (inflamáveis);

**28.13.** A contratada deverá apresentar o laudo de vistoria técnica realizada pelo Órgão demandante ou Detran em cada semestre durante a execução do contrato;

**28.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**28.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**28.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**28.17.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

**28.18.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**28.19.** O Horário de apresentação do (s) veículo (s) será informado pelo fiscal do contrato e ou eventual substituto para prestação do serviço, conforme necessidade da ALEAC;

**28.20.** Atender as orientações do gestor do contrato e seu substituto legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;

**28.21.** Atender no caso de avaria mecânica ou acidente de trânsito durante a execução do serviço no prazo máximo de até **04 (quatro) horas** para substituir o veículo ou efetuar os devidos reparos;

**28.22.** Atender a legislação em vigor, no que diz respeito a vale alimentação/refeição (almoço e/ou jantar), vale transporte, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades;

**28.23.** Apresentar, quando solicitado, a respectiva frota de veículos para serem vistoriados e autorizados a prestarem o serviço;

**28.24.** Efetuar o transporte da bagagem e/ou material conduzido pelos servidores (passageiros) no limite de volume e capacidade de carga do bagageiro do veículo utilizado;

**28.25.** Empregar na execução dos serviços pessoal devidamente qualificado, que devam ser identificados com crachá (fotografia recente), contando nº do RG e CPF e uniformizados com padrão da empresa;

**28.26.** Exercer rígido controle com relação à validade de Carteira Nacional de Habilitação de cada motorista, verificando se a categoria é compatível com os serviços prestados, bem



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

como manter regularizada a documentação do veículo;

**28.27.** Fazer com que seus empregados cumpram rigorosamente todas as suas obrigações e boa técnica nos serviços, prestando os serviços, objeto do presente Termo de Referência, utilizando-se de empregados treinados, de bom nível educacional e moral, devidamente habilitados a prestarem serviços de transporte de passageiros (servidores públicos);

**28.28.** Fornecer ao Gestor do Contrato cópia autenticada dos documentos dos veículos e da habilitação dos motoristas que prestarão os serviços, bem como cópia do comprovante de contratação de seguro geral/total de cada um dos veículos. Igualmente, fornecer cópia dos documentos dos veículos, após o respectivo licenciamento;

**28.29.** Informar a CONTRATANTE qualquer defeito que ocorrer com o cabo do velocímetro, com seus lacres ou com o hodômetro, devendo, neste caso, ser apurada a medição da quilometragem devida;

**28.30.** Manter telefone de plantão (24) horas para comunicação de ocorrências durante as viagens

**28.31.** Manter preposto aceito pela contratante, em Rio Branco, para representá-lo na execução do Contrato;

**28.32.** Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, juntamente com as Nota Fiscal Fatura;

**28.33.** Permitir, a qualquer tempo, a realização de inspeção nos veículos colocados à disposição da ALEAC, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, segurança e limpeza;

**28.34.** Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga prontamente a atender;

**28.35.** Responsabilizar-se-á por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem, e demais exigências legais para o exercício das atividades;

**28.36.** **Responsabilizar-se por todas as despesas dos veículos utilizados na execução dos serviços, inclusive as relativas com combustíveis, manutenção, consertos, acidentes, multas, licenciamentos, seguro, estacionamento, serviços de reboque, diária e alimentação do motorista e quaisquer outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando a ALEAC de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências;**

**28.37.** Subtrair da quilometragem rodada por veículo, aquela utilizada para o abastecimento, manutenção do veículo, ou qualquer efetuado no seu próprio interesse. Serão objeto de cobrança, apenas as quilometragens constantes na Ordem de Serviços;

**28.38.** Substituir, imediatamente, o veículo que vier a ser acidentado ou que apresentar defeito mecânico;

**28.39.** Em caso de acidente, comprovada a responsabilidade do condutor do veículo, a Contratada arcará com a totalidade do valor correspondente aos danos materiais e indenizatórios, inclusive contra terceiros;

**28.40.** Durante os períodos de prestação do serviço contratado, todos os motoristas deverão permanecer com boa aparência, não sendo permitido que os mesmos se apresentem ou permaneçam sem camisa ou com os botões da camisa todos abertos ou com camiseta sem mangas ou descalços. O uso de calça comprida será obrigatório;

**28.41.** Não há qualquer vínculo empregatício entre os empregados da Contratada com a





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

Contratante, sendo a contratada responsável exclusiva pelas obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias ou por acidente de trabalho e quaisquer indenizações, não cabendo, sob qualquer hipótese, solidariedade ou o direito de regresso contra a Contratante.

**28.42.** A contratada também não poderá ceder, no todo ou em parte, **os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.**

**29. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**29.1.** NÃO SERÁ EXIGIDA A PRESTAÇÃO DE GARANTIA NA CONTRATAÇÃO.

**30. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**30.1.** A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte.

**31. DO MODELO DE ESTÃO DE CONTRATO**

**31.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**31.2.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**31.3.** O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**31.4.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**31.5.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**31.6.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**31.7.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**31.8.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**31.9.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**31.10.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**31.11.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**31.12.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**31.13.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**31.14.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**31.15.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**31.16.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**32. DO PREPOSTO:**

**32.1.** A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**33. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:**

**33.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**33.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**33.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**34. DO REAJUSTE:**

**34.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**34.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, a contar a data do orçamento, mediante a aplicação, pelo contratante, **do índice IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**34.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**34.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**34.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**34.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**34.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**34.8.** O reajuste será realizado por apostilamento, conforme a legislação pertinente.

**35. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO:**

**35.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

**I** - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

**II** - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

**III** - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

**IV** - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

**V** - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

**VI** - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.

**35.2.** O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

**I** - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;

**II** - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

**III** - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

**IV** - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

**V** - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

**35.3.** As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item **35.2.** deste Instrumento observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

**35.4.** Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**35.5.** A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**35.6.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**35.7.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

**35.8.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

**35.9.** A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do item **35.8** ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**35.10.** Na hipótese do inciso II do item **35.8**, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da Mesa Diretora da ALEAC.

**36. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**36.1.** São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam as sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº. 5.965/2010.

**36.2.** Comete infração administrativa, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**36.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- d) Multa:

(1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

**36.4.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

**36.5.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**36.5.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**36.5.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**36.5.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**36.6.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**36.7.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**36.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**36.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

**36.10.** A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

**36.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21

**36.12.** Caso haja sanções administrativas específicas relativas ao objeto pretendido, o setor demandante deverá descrevê-las nos itens abaixo, em observância ao art. 94, inciso XXVI, do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

## **37. DOS CASOS OMISSOS:**

**37.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e Estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**38. DA PUBLICAÇÃO:**

**38.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal da Licitações – TCE/AC, no Portal da Assembleia Legislativa, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

**39. DO FORO**

**39.1.** O Foro para solucionar os litígios decorrentes do presente Contrato é o da Comarca de Rio Branco - Estado do Acre, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**40. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**40.1.** O presente Termo de Referência foi elaborado pela Subsecretaria de Patrimônio e Serviços, em cumprimento ao disposto no art. 127, do decreto estadual nº 11.363/2023, será encaminhado para aprovação da Autoridade Superior.

**41. ENCAMINHAMENTO**

**41.1.** Diante do exposto, submete-se o presente Termo de Referência à Presidência da Assembleia Legislativa para aprovação e ratificação.

À superior consideração, com vistas à aprovação.

Rio Branco – AC, 13 de novembro de 2025.

**Elaborado por:**

**Robson Marreiros**  
Subsecretário de Patrimônio e Serviços

**Aprovado por:**

**Solônidas Nascimento Maia**  
Secretário Executivo Adjunto Administrativo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II  
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. \_\_\_\_/2025.  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N. .../2025.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: ..../2025.

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Legislativa do Estado do Acre, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 04.039.657/0001-13, situada nesta cidade, na Rua Arlindo Porto Leal, n. 241, Centro, neste ato representada por sua **MESA DIRETORA**, composta pelo **Deputado .....**, **Presidente**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/AM, inscrito no CPF/MF sob o n. ....; **Deputado .....**, **Primeiro Secretário**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/AC, inscrito no CPF/MF sob o n. ....; e **Deputado.....**, **Segundo Secretário**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/AC, inscrito no CPF/MF sob o n. ...., residentes e domiciliados nesta cidade, doravante denominada **ORGÃO GERENCIADOR**, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, nos termos das normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual n. 11.363/2023, Decreto Estadual n. 5.965/2010 e demais normas aplicáveis, em conformidade com as disposições a seguir

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Contratação de empresa especializada na prestadora de serviços de transporte de passageiros mediante fretamento de ônibus, micro-ônibus, vans, com motorista e combustível, sob regime de quilômetro rodado e diárias, para o interior do Estado do Acre e Capital, para atender as demandas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, especificado(s) no Termo de Referência, anexo I do edital Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº XX/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, constam no encarte da Ata – Anexo II-A.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FORNECEDORES**

**a)** Fornecedor -.....: inscrita no CNPJ/MF sob o n. ...., com sede na.....n. ...., Bairro ....., CEP....., na cidade de Rio Branco-Acre, telefone: (68) .....,representada pelo(a) senhor(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/\_\_\_\_, inscrito(a)no CPF/MF sob o n. .... residente e domiciliado(a) em .  
.....

**b)** Fornecedor -.....: inscrita no CNPJ/MF sob o n. ...., com sede na.....n. ...., Bairro ....., CEP....., na cidade de Rio



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

Branco-Acre, telefone: (68) .....,representada pelo(a) senhor(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/\_\_\_\_, inscrito(a)no CPF/MF sob o n. .... residente e domiciliado(a) em .  
.....

**c)** Fornecedor -.....: inscrita no CNPJ/MF sob o n. ...., com sede na.....n. ...., Bairro ....., CEP....., na cidade de Rio Branco-Acre, telefone: (68) .....,representada pelo(a) senhor(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/\_\_\_\_, inscrito(a)no CPF/MF sob o n. .... residente e domiciliado(a) em .  
.....

**d)** Fornecedor -.....: inscrita no CNPJ/MF sob o n. ...., com sede na.....n. ...., Bairro ....., CEP....., na cidade de Rio Branco-Acre, telefone: (68) .....,representada pelo(a) senhor(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/\_\_\_\_, inscrito(a)no CPF/MF sob o n. .... residente e domiciliado(a) em .  
.....

**e)** Fornecedor -.....: inscrita no CNPJ/MF sob o n. ...., com sede na.....n. ...., Bairro ....., CEP....., na cidade de Rio Branco-Acre, telefone: (68) .....,representada pelo(a) senhor(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/\_\_\_\_, inscrito(a)no CPF/MF sob o n. .... residente e domiciliado(a) em .  
.....

**CLÁUSULA QUARTA – LOCAL E PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**4.1.** Os serviços serão executados nos municípios e na capital do Estado do Acre, conforme as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

**4.2.** Os serviços serão executados conforme demanda, geralmente em dias úteis, das 07h30min às 17h30min. Excepcionalmente, poderá ser requisitada para atender demandas urgentes e/ou extraordinárias fora desse horário, assim como em dias não úteis, conforme a necessidade da ALEAC;

**4.3.** O local de destino dos serviços será informado na Ordem de Serviço, aprovada pela Secretaria Executiva, expedida pela Subsecretaria de Patrimonio e Serviços da Assembleia Legislativa, podendo ser encaminhada, inclusive por e-mail.

**4.4.** Na ordem de serviço deverá conter:

**g)** Local e hora de saída;

**h)** Local e hora de retorno;

**i)** Tipo de veículo solicitado para atender a demanda.

**4.5.** A ordem de serviço será encaminhada a empresa contratada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, anterior a realização do serviço.

**4.6.** Em atendimento a demandas emergenciais, autorizada pela Secretaria Executiva, o prazo para disponibilização do(s) veículo(s) solicitado(s) será de **até 4 (quatro) horas**, contadas a partir da formalização da solicitação por meio eletrônico, expedida pela Subsecretaria de Patrimonio e Serviços da Assembleia Legislativa.

**4.7.** Em situações extraordinárias previamente comunicadas, o atendimento deverá ocorrer **em até 24 (vinte e quatro) horas** após a solicitação, observada a disponibilidade e as condições operacionais contratadas.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:**

**5.1.** A contratada deverá apresentar informações sobre os veículos que serão utilizados em cada locação, inclusive fotos e histórico de manutenções realizadas, para verificação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias antes da data programada para a saída do veículo.

**5.2.** Os veículos deverão ser apresentados no prazo de até **48 (quarenta e oito) horas**, a contar da solicitação, na sede da contratante ou em algum outro local combinado entre as partes para a realização da vistoria inicial.

**5.3.** O horário de apresentação do veículo no local e hora de saída deverá anteceder pelo menos 60 (sessenta) minutos ao horário programado para o início da viagem.

**5.4.** O condutor deverá atender os seguintes requisitos:

**a)** O motorista disponibilizado pela Contratada deverá trabalhar devidamente habilitado com CNH (Carteira Nacional de Habilitação) na categoria exigida para o veículo locado;

**b)** Apresentar-se uniformizado, portando crachá de identificação fornecidos pela contratada;

**c)** Não possuir antecedentes criminais, comprovados com a apresentação de certidão emitida por órgão competente;

**d)** Não ter cometido infração gravíssima nos 12 (doze) últimos meses, conforme regulamenta o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

**5.5.** A comprovação das condições de habilitação do condutor do veículo, acima elencadas deverão ser encaminhadas à contratante, no momento da apresentação do veículo para vistoria.

**5.6.** O motorista não terá nenhum vínculo empregatício com a Contratante, e a Contratada deverá atender a todas as obrigações trabalhistas perante seus funcionários.

**5.7.** Na prestação dos serviços, a Contratada responsabilizar-se-á pelas despesas de diárias para o motorista, despesas com combustível, estacionamento e outras despesas complementares.

**5.8.** Em caso de infrações de trânsito por parte do motorista, será de responsabilidade da Contratada.

**5.9.** Em caso de pane mecânica, retenção do automóvel, consertos, defeitos, avarias, furto, roubo, a contratada deverá dispor de outro veículo, similar ou superior, **até no máximo 4 (quatro) horas** após ser cientificada da ocorrência, o que poderá acontecer via telefone, por servidor responsável, indicado pela contratante.

**5.10.** Em caso de impossibilidade de substituição do veículo, em prazo superior a 12 (doze) horas, a contratada arcará com a despesa de transporte dos passageiros, do local da pane até o seu destino, sem nenhum custo adicional para a Contratante.

**5.11.** O veículo locado deverá apresentar seguro, compreendendo danos materiais e pessoais a terceiros e sem coparticipação no seguro, incluso cobertura contra incêndio, colisão, roubo ou furto, e terceiros (cobertura física e material), assistência técnica 24h, por diária de 24h, está se dará por conta do contratado.

**5.12.** Os veículos deverão estar conformidade com as normas ambientais, conforme RESOLUÇÃO COMANA N° 18, de 6 de maio de 1986, Art 4° do Decreto n° 7.746 /2012 e Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19 de janeiro de 2010, preferencialmente no Art. 5°.

**CLÁUSULA SEXTA - DA VISTORIA DOS VEÍCULOS:**





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**6.1.** A vistoria inicial ocorrerá no prazo de **até 24 (vinte e quatro) horas** de antecedência da data prevista para a saída, na sede da contratante ou em algum outro local combinado entre as partes, realizada por servidor designado pela contratante, com o objetivo de verificar as condições gerais de conservação, higiene, segurança, funcionamento dos equipamentos obrigatórios, bem como a adequação às especificações do contrato e ao Código de Trânsito Brasileiro.

**6.2.** Caso qualquer veículo seja considerado inadequado ou não atenda as especificações do termo de referência, seja na vistoria inicial ou durante a execução contratual, a contratada deverá proceder à sua substituição imediata por outro veículo que atenda integralmente às exigências contratuais, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**6.3.** Ao término do deslocamento, a contratante realizará nova vistoria para verificar e atestar as condições dos veículos no momento da sua devolução, devendo a contratada reparar eventuais danos ou irregularidades que não decorram do uso regular autorizado.

**6.4.** A contratada será responsável por todos os custos relacionados à adequação, manutenção preventiva e corretiva dos veículos, bem como pela substituição imediata em caso de acidentes, panes, irregularidades constatadas ou desvio de padrão contratual.

**6.5.** Para os serviços prestados em caráter emergencial e/ou extraordinário deverão observar as mesmas condições técnicas, de segurança e qualidade previstas no contrato, inclusive quanto à documentação dos veículos e condutores. O prazo para a vistoria ocorrerá impreterivelmente, no prazo de 2 (duas) horas, no local designado da partida programada, realizada por servidor designado pela contratante, com o objetivo de verificar as condições gerais de conservação, higiene, segurança, funcionamento dos equipamentos obrigatórios, bem como a adequação às especificações do contrato e ao Código de Trânsito Brasileiro.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO:**

**7.1.** Os serviços serão recebidos nas seguintes condições:

**7.1.1. Do Recebimento Provisório** –Após a vistoria, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência da partida para o deslocamento, mediante termo de recebimento expedido pela Subsecretaria de Patrimônio e Serviços, assinado pelo servidor designado, desde que os veículos solicitados na Ordem de Serviço estejam em conformidade com as especificações contidas no termo de referência, sendo verificado ainda:

- a) as condições gerais do veículo tais como higiene, funcionamento, itens obrigatórios;
- b) Documentação dos veículos: licenciamento, seguro, vistoria do Detran;
- c) Identificação do motorista, conforme estabelecido neste termo de referência;
- d) Apresentar a autorização para transporte de passageiros emitido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Acre – AGEAC/AC, conforme disposto na ORIENTAÇÃO NORMATIVA CGE Nº 003/2018, que dispõe sobre a regulamentação da prestação de serviços de transporte de passageiros por fretamento contínuo (Locação de Veículos) sujeitar-se-ão à previa autorização e fiscalização da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre – AGEAC.

**7.1.2. Do Recebimento Definitivo** - será formalizado após a realização da vistoria que comprove o atendimento das exigências contidas no termo de referência, por servidor designado pela contratante.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**7.1.3.** A contratante poderá recusar os veículos que apresentem irregularidades ou não atendam às especificações, devendo a contratada realizar as correções ou substituições no prazo máximo de até **04 (quatro) horas**, sob pena de aplicação de sanções contratuais.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:**

**8.1.** As despesas decorrentes da contratação almejada serão suportadas pelo Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Acre:

**Programa de Trabalho:** .....

**Elemento de Despesa -** 3.3.90.30.00.00

**Fonte de Recursos –** 15000100 - RP

**CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**9.1.** O pagamento à Contratada será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após a execução dos serviços, com nota fiscal devidamente atestada pelo servidor designado/responsável, em correspondência com os serviços prestados, a qual deverá constar o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da empresa contratada e aceita pela Administração.

**9.2.** No ato do pagamento, será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa, nos termos da legislação pertinente, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

**9.3.** Documento fiscal deverá ser emitido em conformidade com o indicado na Ordem de Entrega com as seguintes identificações:

- a)** Identificação do contratado
- b)** A data de emissão;
- c)** Os dados do contrato e da Contratante;
- d)** O quantitativo de produto;
- e)** O valor a ser pago; e
- f)** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**9.4.** Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira =  $[(TX/100)/365]$

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**9.5.** Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na sede da ALEAC, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

**9.6.** Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

**9.7.** Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

**9.8.** A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

**9.9.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora. (IN 06, DE 23 de dezembro de 2013 da SLTI do MPOG).

**9.10.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância de impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será iniciado após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para Contratante.

**9.11.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.12.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**9.13.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**9.14.** De conformidade com o Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, que normatizou o SIAFIC, estabelecendo que todos os Poderes devem utilizar o Sistema Único de Execução Orçamentaria, Administração Financeira e Controle, o licitante/contratado. Portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

Credor no sistema da SEFAZ/AC, que poderá ser feito por meio do endereço eletrônico: <http://sefaz.acre.gov.br>.

**CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA DA ATA:**

- 10.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 10.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.3.** Notificar o fornecedor, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 10.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.
- 10.5.** A Gerenciadora da Ata não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da fornecedora e de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 10.6.** Rejeitar o veículo ofertado, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.
- 10.7.** Notificar, por escrito, o fornecedor acerca de defeitos e irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando prazos para sua correção, conforme estabelecido neste termo;
- 10.8.** Solicitar o reparo ou substituição dos veículos quando for o caso.
- 10.9.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.
- 10.10.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.
- 10.11.** Informar o fornecedor sobre quaisquer alterações de horários e rotinas de serviço.
- 10.12.** Caso ocorra qualquer irregularidade durante a vigência do contrato por parte fornecedor, a gerenciadora da ata aplicará a multa de acordo com o que prevê as normativas do Decreto 5.965/2010.
- 10.13.** Exigir a documentação de comprovação do cumprimento das obrigações referentes aos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

- 11.1.** O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 11.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990;
- 11.3.** Comunicar a Gerenciadora da Ata, por e-mail (subsec.patrimonioeserv@gmail.com), no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis que antecede a data de execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**11.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os veículos nos quais sejam verificados defeitos resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;

**11.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**11.7.** Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;

**11.8.** responsabilizar-se pela garantia do serviço solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;

**11.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;

**11.10.** A contratada será civil e criminalmente responsável por todo e qualquer acidente ou danos causados aos usuários ou a terceiros, na execução dos serviços contratados, inclusive pagamento de indenizações devidas;

**11.11.** A contratada fica obrigada e responsável pela observância às exigências das leis de trânsito vigentes;

**11.12.** A contratada fica proibida de transportar passageiros estranhos aos serviços prestados (CARONA) e principalmente produtos perigosos (inflamáveis);

**11.13.** A contratada deverá apresentar o laudo de vistoria técnica realizada pelo Órgão demandante ou Detran em cada semestre durante a execução do contrato;

**11.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**11.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**11.17.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

**11.18.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**11.19.** O Horário de apresentação do (s) veículo (s) será informado pelo fiscal do contrato e ou eventual substituto para prestação do serviço, conforme necessidade da





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

ALEAC;

**11.20.** Atender as orientações do gestor do contrato e seu substituto legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;

**11.21.** Atender no caso de avaria mecânica ou acidente de trânsito durante a execução do serviço, no prazo máximo de até **04 (quatro) horas** para substituir o veículo ou efetuar os devidos reparos;

**11.22.** Atender a legislação em vigor, no que diz respeito a vale alimentação/refeição (almoço e/ou jantar), vale transporte, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades;

**11.23.** Apresentar, quando solicitado, a respectiva frota de veículos para serem vistoriados e autorizados a prestarem o serviço;

**11.24.** Efetuar o transporte da bagagem e/ou material conduzido pelos servidores (passageiros) no limite de volume e capacidade de carga do bagageiro do veículo utilizado;

**11.25.** Empregar na execução dos serviços pessoal devidamente qualificado, que devam ser identificados com crachá (fotografia recente), contando nº do RG e CPF e uniformizados com padrão da empresa;

**11.26.** Exercer rígido controle com relação à validade de Carteira Nacional de Habilitação de cada motorista, verificando se a categoria é compatível com os serviços prestados, bem como manter regularizada a documentação do veículo;

**11.27.** Fazer com que seus empregados cumpram rigorosamente todas as suas obrigações e boa técnica nos serviços, prestando os serviços, objeto do presente Termo de Referência, utilizando-se de empregados treinados, de bom nível educacional e moral, devidamente habilitados a prestarem serviços de transporte de passageiros (servidores públicos);

**11.28.** Fornecer ao Gestor do Contrato cópia autenticada dos documentos dos veículos e da habilitação dos motoristas que prestarão os serviços, bem como cópia do comprovante de contratação de seguro geral/total de cada um dos veículos. Igualmente, fornecer cópia dos documentos dos veículos, após o respectivo licenciamento;

**11.29.** Informar a CONTRATANTE qualquer defeito que ocorrer com o cabo do velocímetro, com seus lacres ou com o hodômetro, devendo, neste caso, ser apurada a medição da quilometragem devida;

**11.30.** Manter telefone de plantão (24) horas para comunicação de ocorrências durante as viagens

**11.31.** Manter preposto aceito pela contratante, em Rio Branco, para representá-lo na execução do Contrato;

**11.32.** Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, juntamente com as Nota Fiscal Fatura;

**11.33.** Permitir, a qualquer tempo, a realização de inspeção nos veículos colocados à disposição da ALEAC, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, segurança e limpeza;

**11.34.** Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga prontamente a atender;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**11.35.** Responsabilizar-se-á por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem, e demais exigências legais para o exercício das atividades;

**11.36.** Responsabilizar-se por todas as despesas dos veículos utilizados na execução dos serviços, inclusive as relativas a combustíveis, manutenção, acidentes, multas, licenciamentos, seguro total e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando a ALEAC de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências;

**11.37.** Subtrair da quilometragem rodada por veículo, aquela utilizada para o abastecimento, manutenção do veículo, ou qualquer efetuado no seu próprio interesse. Serão objeto de cobrança, apenas as quilometragens constantes na Ordem de Serviços;

**11.38.** Substituir, imediatamente, o veículo que vier a ser acidentado ou que apresentar defeito mecânico;

**11.39.** Em caso de acidente, comprovada a responsabilidade do condutor do veículo, a Contratada arcará com a totalidade do valor correspondente aos danos materiais e indenizatórios, inclusive contra terceiros;

**11.40.** Durante os períodos de prestação do serviço contratado, todos os motoristas deverão permanecer com boa aparência, não sendo permitido que os mesmos se apresentem ou permaneçam sem camisa ou com os botões da camisa todos abertos ou com camiseta sem mangas ou descalços. O uso de calça comprida será obrigatório;

**11.41.** Não há qualquer vínculo empregatício entre os empregados da Contratada com a Contratante, sendo a contratada responsável exclusiva pelas obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias ou por acidente de trabalho e quaisquer indenizações, não cabendo, sob qualquer hipótese, solidariedade ou o direito de regresso contra a Contratante.

**11.42.** A contratada também não poderá ceder, no todo ou em parte, **os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**12.1.** O licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados da data de sua convocação formal, prorrogável uma única vez por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

**12.2.** O não comparecimento injustificado no prazo fixado para a assinatura da Ata poderá ensejar:

a) A decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021;

b) A convocação dos demais licitantes, respeitada a ordem de classificação, conforme previsto no edital.

**12.3.** A assinatura da ARP não implica contratação imediata, mas compromisso de fornecimento futuro nas condições e preços registrados, conforme demanda da Administração, durante o prazo de vigência da Ata.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**13.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses e



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme o estabelecido no art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e Art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, terá início na data de sua assinatura, tendo como eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Eletrônico Legislativo.

**CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA E CADASTRO RESERVA:**

**14.1.** Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

**14.1.1.** Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

**14.1.2.** Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:

**a)** dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e

**b)** dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.

**14.1.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.

**14.2.** O registro de que trata o item 17.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.

**14.3.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 17.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.

**14.4.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 17.1.2 e o item 11.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**14.4.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**14.4.2.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

**14.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**14.6.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições

propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**14.6.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**14.6.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VEDAÇÃO ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS:**

**15.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**16.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**16.2.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**16.3.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

**16.4.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:

**16.4.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**16.4.2.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**17.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**17.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**17.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

**17.4.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**17.5.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**17.6.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**18.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

pela Administração sem justificativa razoável;

c) Não aceitar manter seu preço registrado; ou

d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**18.2.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**18.3.** O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**18.4.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**18.5.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a) Por razão de interesse público;

b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES:**

**19.1.** A ata de registro de preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 do Dec. Estadual 11.363/2023 e as demais condições previstas neste instrumento.

**19.2.** O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, e indicará as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**19.3.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**19.4.** A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias contados da autorização, admitida a prorrogação excepcional e justificada desse prazo, a pedido do interessado, mediante anuência da detentora, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preços.

**19.5.** Cada órgão ou entidade da Administração Pública estadual poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual for integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observando-se os requisitos previstos neste artigo.

**19.6.** Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**19.7.** Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual poderão aderir, na qualidade de não participantes, a atas de registro de preços gerenciadas pela Administração Pública direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, inclusive do Estado do Acre, e do Distrito Federal ou a atas de registro de preços gerenciadas por consórcios públicos formados por esses entes, condicionada à:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista neste Decreto;

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor; e

IV - previsão no respectivo edital ou na ata de registro de preços de quantitativo reservado à adesão por órgãos e entidades não participantes.

**19.8.** Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o art. 335 do Dec. Estadual 11.363/2023:

I - as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes; e

II - a soma de todas as adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**19.9.** Exaurido o saldo destinado aos órgãos e entidades participantes, poderá ser solicitada ao órgão ou entidade gerenciadora a utilização do quantitativo passível de adesão, desde que haja concordância da detentora.

**19.10.** A utilização de saldo destinado à adesão somente poderá ocorrer após exaurido todo o saldo de órgãos e entidades participantes, considerando-se os quantitativos de itens ou lotes espelhados, salvo quando, justificadamente, houver necessidade de manutenção da uniformidade contratual.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA REVISÃO E DO REAJUSTE DE PREÇOS REGISTRADOS**

**20.1.** Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência das situações prevista na Lei 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023;

**20.2.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução da ata de registro de preços tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**II** - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**III** - na hipótese de previsão, no edital ou no aviso de contratação direta, de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto pela Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**20.3.** Na hipótese de o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**20.4.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados no mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**20.5.** Na hipótese prevista acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observando-se o disposto no § 3º do art. 331 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

**20.6.** O órgão gerenciador não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 332 do Dec. 11.363/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

**20.7.** Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observando-se o disposto no art. 35 do Dec. 11.363/2023;

**20.8.** Conforme o art. 330 do Decreto Estadual nº 11.363/2021, na hipótese de o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite o cumprimento do compromisso.

**20.9.** Para fins do disposto no item acima, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**20.10.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 331, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**20.11.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

no § 2º do art. 329 do Decreto Estadual 11.363/2023, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observando-se o disposto no § 3º do art. 321.

**20.12.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 332 do Dec. 11.363/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**20.13.** Na hipótese de comprovação do disposto acima, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**20.14.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observando-se o disposto no art. 340 do Dec. 11.363/2023.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**21.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**21.2.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**21.3.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**21.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**21.5.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**21.6.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**21.7.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**21.8.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**21.9.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

**21.10.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 17.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**21.11.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**21.12.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**22.1.** São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam as sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº. 5.965/2010.

**22.2.** Comete infração administrativa, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**22.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

**d) Multa:**

(1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

**22.4.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

**22.5.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**22.5.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

**22.5.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**22.5.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**22.6.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**22.7.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

**a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**b)** as peculiaridades do caso concreto;

**c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**d)** os danos que dela provierem para a Contratante;

**e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**22.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**22.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**22.10.** A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

**22.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21

**22.12.** Caso haja sanções administrativas específicas relativas ao objeto pretendido, o setor demandante deverá descrevê-las nos itens abaixo, em observância ao art. 94, inciso XXVI, do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

**23.1.** A publicação do contrato no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

**23.2.** O contrato ou documento equivalente decorrente da Ata de registro de Preços será publicado no Sistema de Licitações e Contratos - LICON do Tribunal de Contas do Estado dentro do prazo de 15 (quinze) dias, previsto na Resolução nº 97/2015/TCE/AC, alterada pela Resolução nº 123/2021/TCE/AC.

**23.3.** Será publicado ainda, no prazo de 20 (vinte) dias, no Portal Nacional de Licitações Públicas – PNCP, conforme art. 94, da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**24.1.** Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. ..../2025, anexos e propostas da empresa classificada em 1º lugar na referida licitação.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO**

**25.1.** As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro de Rio Branco- Estado do Acre, com renúncia de qualquer outro.

**25.2.** E por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, representando a Assembleia Legislativa, os Membros da Mesa Diretora, e o fornecedor registrado, seu Representante Legal,

Rio Branco-Ac, ....de.....de 2026.

**Pela Assembleia Legislativa do Estado do Acre:**

Deputado .....

**Presidente**

Deputado .....

**1º Secretário**

Deputado .....

**2º Secretário**

**Pelo Fornecedor:**

.....  
CNPJ/MF/MF nº.



Assembleia Legislativa do Estado do Acre  
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 Centro - CEP  
69909-040 - fone (68) 3213 4000  
e-mail: [cpaleac@hotmail.com](mailto:cpaleac@hotmail.com)



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**Testemunhas:**

1. ....  
RG n .....  
CPF/MF n.....

2. ....  
RG n .....  
CPF/MF n.....



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II-A  
ENCARTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../2025  
PROCESSO Nº. 563/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ...../2025

DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO SERVIÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UND	QUANT. CONSUMO	QUANT. REGISTRO	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
01	Serviço de transporte em veículo ônibus, <b>LEITO TURISMO</b> , com 2 andares, <b>MODELO DOUBLE DECK</b> , ou equivalente, veículo novo ou seminovo, ano/modelo de fabricação a partir de 2015, carro com <b>ACESSIBILIDADE</b> (plataforma Elevatória), motorista da licitante vencedora, equipado com WC, ar condicionado, Internet WI-FI, sistema de multimídia completo, geladeira (com reposição de água). Capacidade de transporte - entre 48 a 55 passageiros, cinto de segurança, poltronas reclináveis, apoio de perna e bagageiro. Deverá ser disponibilizada a quantidade suficiente de motoristas, que assegure o cumprimento das exigências previstas na Lei nº. 12.619, de 30 de abril de 2012 e suas alterações, a qual dispõe sobre o exercício da profissão de motorista. <b>O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NA ANTT (AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE)</b> . Deverá estar incluso todos os custos, direto e indireto tais como: Tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhista, seguro, pernoite, custos com alojamento dos motoristas e principalmente a despesa com combustível para todo o trajeto contratado	KM	7.500	15.000		
02	Serviço de transporte em veículo ônibus, <b>EXECUTIVO</b> , com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados – veículo novo ou seminovo,	Km	10.000	20.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	ano/modelo de fabricação a partir de 2018, carro com ACESSIBILIDADE (cadeira de transbordo), motorista da contratada e equipado com WC, ar-condicionado, sistema de multimídia completo, para viagens Interestaduais e ou intermunicipais. Deverá ser disponibilizada a quantidade suficiente de motoristas, que assegure o cumprimento das exigências previstas na Lei nº. 12.619, de 30 de abril de 2012 e suas alterações, a qual dispõe sobre o exercício da profissão de motorista. <b>O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NA ANTT (AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE).</b> Deverá estar incluso todos os custos, direto e indireto tais como: Tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhista, seguro, pernoite, custos com alojamento dos motoristas e principalmente a despesa com combustível para todo o trajeto contratado.					
03	Serviço de transporte em veículo <b>MICRO-ONIBUS</b> , capacidade mínima de 44 passageiros sentados, cinto de segurança em todos os assentos. Para cada ônibus fretado, deverá ser disponibilizado motorista, que assegure o cumprimento das exigências previstas na Lei nº. 12.619, de 30 de abril de 2012 e suas alterações, a qual dispõe sobre o exercício da profissão de motorista. <b>O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NA ANTT (AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE).</b> Deverá estar incluso todos os custos, direto e indireto tais como: Tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhista, seguro, pernoite, custos com alojamento e principalmente a despesa com combustível.	KM	10.000	20.000		
04	Serviço de transporte em veículo <b>MODELO VAN</b> - mínimo de 16 lugares”, tipo Mercedes-Benz, Renault, Citroen, Fiat ou similar. Ano/modelo de fabricação a partir de 2018, carro equipado com ACESSIBILIDADE (plataforma	KM	25.000	35.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	Elevatória), ar-condicionado, sistema de multimídia completo, cintos segurança, película fumê em todos os vidros laterais e traseiro, pneus novos, espelhos retrovisores em ambos os lados, seguro total sem custo de franquia para a Locatária, direção hidráulica, todos os bancos com apoio de cabeça, limpadores de para-brisa dianteiros e traseiros, manutenção preventiva, corretiva e reboque por conta da locadora, equipado com todos os itens básicos de série, itens regulamentares de segurança, e com todos os itens do veículo funcionando perfeitamente, documentação em dia. Motorista disponibilizado pela contratada. O <b>VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NA ANTT (AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE)</b> . Deverá estar incluso todos os custos, direto e indireto tais como: Tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhista, seguro, pernoite, custos com alojamento e principalmente a despesa com combustível. Rota intermunicipal e municipal. Custo de combustível 100% da Contratada.					
05	Serviço de transporte em veículo <b>MODELO VAN</b> - mínimo de 16 lugares”, tipo Mercedes-Benz, Renault, Citroen, Fiat ou similar. Ano/modelo de fabricação a partir de 2018, carro equipado com <b>ACESSIBILIDADE</b> (plataforma Elevatória), ar-condicionado, sistema de multimídia completo, cintos segurança, película fumê em todos os vidros laterais e traseiro, pneus novos, espelhos retrovisores em ambos os lados, seguro total sem custo de franquia para a Locatária, direção hidráulica, todos os bancos com apoio de cabeça, limpadores de para-brisa dianteiros e traseiros, manutenção preventiva, corretiva e reboque por conta da locadora, equipado com todos os itens básicos de série, itens regulamentares de segurança, e com todos os itens do veículo funcionando perfeitamente, documentação em dia. Motorista disponibilizado pela contratada. O	Diária	50	100		





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	<b>VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NA ANTT (AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE).</b> Deverá estar incluso todos os custos, direto e indireto tais como: Tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhista, seguro, pernoite, custos com alojamento. Rota intermunicipal e municipal. Diária com franquia de 50 litros de combustível.					
Valor total						



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**  
**ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO N. ....**  
**PREGÃO ELETRONICO SRP N ..../2025**  
**PROCESSO N. 563/2025**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob n. 04.039.657/0001-13, sediada nesta cidade, na Rua Arlindo Porto Leal, 241, Centro, neste Ato representada, nos termos do artigo 12, Inciso II, letra “f” do Regimento Interno - Resolução n. 86, de 1990, por sua **MESA DIRETORA**, composta pelo **Deputado .....**, **Presidente**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/AM, inscrito no CPF/MF sob o n. ....; **Deputado .....**, **Primeiro Secretário**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/AC, inscrito no CPF/MF sob o n. ....; e **Deputada .....**, **Segundo Secretário**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/AC, inscrita no CPF/MF sob o n. ...., residentes e domiciliados nesta cidade, doravante denominada de **CONTRATANTE** e por outro lado a Empresa ....., inscrita no CNPJ/MF/MF sob o n. ...., Inscrição Estadual n....., estabelecida no(a) ....., em Rio Branco - Estado do Acre, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). ...., brasileiro(a), ...., portador(a) da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/AC, inscrito(a) no CPF/MF sob o n. ...., residente e domiciliado(a) no, n. ...., Bairro....., celebram o presente Contrato, com o amparo da Lei 14.133/2021, Decreto Federal n. 11.462/2023, Decreto Estadual nº 11.363/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto deste contrato a Contratação de empresa especializada na prestadora de serviços de transporte de passageiros mediante fretamento de ônibus, micro-ônibus, vans, com motorista e combustível, sob regime de quilômetro rodado e diárias, para o interior do Estado do Acre e Capital, para atender as demandas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, conforme as especificações e condições constantes neste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

**2.1.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**2.1.1.** O Termo de Referência;

**2.1.2.** O Edital da Licitação;

**2.1.3.** A Proposta do contratado;

**2.1.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA TERCEIRA - O VALOR DO CONTRATO**

**3.1.** O valor deste contrato é de R\$ ..... ( valor por extenso).

**CLÁUSULA QUARTA – LOCAL E PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1.** Os serviços serão executados nos municípios e na capital do Estado do Acre, conforme as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**4.2.** Os serviços serão executados conforme demanda, geralmente em dias úteis, das 07h30min às 17h30min. Excepcionalmente, poderá ser requisitada para atender demandas urgentes e/ou extraordinárias fora desse horário, assim como em dias não úteis, conforme a necessidade da ALEAC;

**4.3.** O local de destino dos serviços será informado na Ordem de Serviço, aprovada pela Secretaria Executiva, expedida pela Subsecretaria de Patrimônio e Serviços da Assembleia Legislativa, podendo ser encaminhada, inclusive por e-mail.

**4.4.** Na ordem de serviço deverá conter:

**a)** Local e hora de saída;

**b)** Local e hora de retorno;

**c)** Tipo de veículo solicitado para atender a demanda.

**4.5.** A ordem de serviço será encaminhada a empresa contratada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, anterior a realização do serviço.

**4.6.** Em atendimento a demandas emergenciais, autorizada pela Secretaria Executiva, o prazo para disponibilização do(s) veículo(s) solicitado(s) será de **até 4 (quatro) horas**, contadas a partir da formalização da solicitação por meio eletrônico, expedida pela Subsecretaria de Patrimônio e Serviços da Assembleia Legislativa.

**4.7.** Em situações extraordinárias previamente comunicadas, o atendimento deverá ocorrer **em até 24 (vinte e quatro) horas** após a solicitação, observada a disponibilidade e as condições operacionais contratadas.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

**5.1.** A contratada deverá apresentar informações sobre os veículos que serão utilizados em cada locação, inclusive fotos e histórico de manutenções realizadas, para verificação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias antes da data programada para a saída do veículo.

**5.2.** Os veículos deverão ser apresentados no prazo de até **48 (quarenta e oito) horas**, a contar da solicitação, na sede da contratante ou em algum outro local combinado entre as partes para a realização da vistoria inicial.

**5.3.** O horário de apresentação do veículo no local e hora de saída deverá anteceder pelo menos 60 (sessenta) minutos ao horário programado para o início da viagem.

**5.4.** O condutor deverá atender os seguintes requisitos:

**a)** O motorista disponibilizado pela Contratada deverá trabalhar devidamente habilitado com CNH (Carteira Nacional de Habilitação) na categoria exigida para o veículo locado;

**b)** Apresentar-se uniformizado, portando crachá de identificação fornecidos pela contratada;

**c)** Não possuir antecedentes criminais, comprovados com a apresentação de certidão emitida por órgão competente;

**d)** Não ter cometido infração gravíssima nos 12 (doze) últimos meses, conforme regulamenta o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

**5.5.** A comprovação das condições de habilitação do condutor do veículo, acima elencadas deverão ser encaminhadas à contratante, no momento da apresentação do veículo para vistoria.

**5.6.** O motorista não terá nenhum vínculo empregatício com a Contratante, e a Contratada deverá atender a todas as obrigações trabalhistas perante seus funcionários.

**5.7.** Na prestação dos serviços, a Contratada responsabilizar-se-á pelas despesas de diárias para o motorista, despesas com combustível, estacionamento e outras



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

despesas complementares.

**5.8.** Em caso de infrações de trânsito por parte do motorista, será de responsabilidade da Contratada.

**5.9.** Em caso de pane mecânica, retenção do automóvel, consertos, defeitos, avarias, furto, roubo, a contratada deverá dispor de outro veículo, similar ou superior, **até no máximo 4 (quatro) horas** após ser cientificada da ocorrência, o que poderá acontecer via telefone, por servidor responsável, indicado pela contratante.

**5.10.** Em caso de impossibilidade de substituição do veículo, em prazo superior a 12 (doze) horas, a contratada arcará com a despesa de transporte dos passageiros, do local da pane até o seu destino, sem nenhum custo adicional para a Contratante.

**5.11.** O veículo locado deverá apresentar seguro, compreendendo danos materiais e pessoais a terceiros e sem coparticipação no seguro, incluso cobertura contra incêndio, colisão, roubo ou furto, e terceiros (cobertura física e material), assistência técnica 24h, por diária de 24h, está se dará por conta do contratado.

**5.12.** Os veículos deverão estar conformidade com as normas ambientais, conforme RESOLUÇÃO COMANA N° 18, de 6 de maio de 1986, Art 4° do Decreto n° 7.746 /2012 e Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19 de janeiro de 2010, preferencialmente no Art. 5°.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VISTORIA DOS VEÍCULOS**

**6.1.** A vistoria inicial ocorrerá no prazo de até 24 (**vinte e quatro**) horas de antecedência da data prevista para a saída, na sede da contratante ou em algum outro local combinado entre as partes, realizada por servidor designado pela contratante, com o objetivo de verificar as condições gerais de conservação, higiene, segurança, funcionamento dos equipamentos obrigatórios, bem como a adequação às especificações do contrato e ao Código de Trânsito Brasileiro.

**6.2.** Caso qualquer veículo seja considerado inadequado ou não atenda as especificações do termo de referência, seja na vistoria inicial ou durante a execução contratual, a contratada deverá proceder à sua substituição imediata por outro veículo que atenda integralmente às exigências contratuais, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**6.3.** Ao término do deslocamento, a contratante realizará nova vistoria para verificar e atestar as condições dos veículos no momento da sua devolução, devendo a contratada reparar eventuais danos ou irregularidades que não decorram do uso regular autorizado.

**6.4.** A contratada será responsável por todos os custos relacionados à adequação, manutenção preventiva e corretiva dos veículos, bem como pela substituição imediata em caso de acidentes, panes, irregularidades constatadas ou desvio de padrão contratual.

**6.5.** Para os serviços prestados em caráter emergencial e/ou extraordinário deverão observar as mesmas condições técnicas, de segurança e qualidade previstas no contrato, inclusive quanto à documentação dos veículos e condutores. O prazo para a vistoria ocorrerá impreterivelmente, no prazo de 2 (duas) horas, no local designado da partida programada, realizada por servidor designado pela contratante, com o objetivo de verificar as condições gerais de conservação, higiene, segurança, funcionamento dos equipamentos obrigatórios, bem como a adequação às especificações do contrato e ao Código de Trânsito Brasileiro.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO**





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

7.1. Os serviços serão recebidos nas seguintes condições:

7.1.1. **Do Recebimento Provisório** – Após a vistoria, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência da partida para o deslocamento, mediante termo de recebimento expedido pela Subsecretaria de Patrimônio e Serviços, assinado pelo servidor designado, desde que os veículos solicitados na Ordem de Serviço estejam em conformidade com as especificações contidas no termo de referência, sendo verificado ainda:

- a) as condições gerais do veículo tais como higiene, funcionamento, itens obrigatórios;
- b) Documentação dos veículos: licenciamento, seguro, vistoria do Detran;
- c) Identificação do motorista, conforme estabelecido neste termo de referência;
- d) Apresentar a autorização para transporte de passageiros emitido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Acre – AGEAC/AC, conforme disposto na ORIENTAÇÃO NORMATIVA CGE Nº 003/2018, que dispõe sobre a regulamentação da prestação de serviços de transporte de passageiros por fretamento contínuo (Locação de Veículos) sujeitar-se-ão à previa autorização e fiscalização da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre – AGEAC.

7.1.2. **Do Recebimento Definitivo** - Será formalizado após a realização da vistoria que comprove o atendimento das exigências contidas no termo de referência, por servidor designado pela contratante.

7.1.3. A contratante poderá recusar os veículos que apresentem irregularidades ou não atendam às especificações, devendo a contratada realizar as correções ou substituições no prazo máximo de até **04 (quatro) horas**, sob pena de aplicação de sanções contratuais.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:**

8.1. As despesas decorrentes da contratação almejada serão suportadas pelo Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Acre:

**Programa de Trabalho:** .....

**Elemento de Despesa** - 3.3.90.30.00.00

**Fonte de Recursos** – 15000100 - RP

**CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

9.1. O pagamento à Contratada será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após a execução dos serviços, com nota fiscal devidamente atestada pelo servidor designado/responsável, em correspondência com os serviços prestados, a qual deverá constar o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da empresa contratada e aceita pela Administração.

9.2. No ato do pagamento, será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa, nos termos da legislação pertinente, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas,





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

**9.3.** Documento fiscal deverá ser emitido em conformidade com o indicado na Ordem de Entrega com as seguintes identificações:

- c) Identificação do contratado
- d) A data de emissão;
- e) Os dados do contrato e da Contratante;
- f) O quantitativo de produto;
- g) O valor a ser pago; e
- h) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**9.4.** Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que que a empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira =  $[(TX/100)/365]$

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

**9.5.** Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na sede da ALEAC, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

**9.6.** Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

**9.7.** Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

**9.8.** A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

**9.9.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora. (IN 06, DE 23 de dezembro de 2013 da SLTI do MPOG).

**9.10.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância de impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será iniciado após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para Contratante.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**9.11.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.12.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**9.13.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**9.14.** De conformidade com o Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, que normatizou o SIAFIC, estabelecendo que todos os Poderes devem utilizar o Sistema Único de Execução Orçamentaria, Administração Financeira e Controle, o licitante/contratado. Portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ/AC, que poderá ser feito por meio do endereço eletrônico: <http://sefaz.acre.gov.br>.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE ASSINATURA DO CONTRATO**

**10.1.** Após a homologação, adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da convocação formal, prorrogável uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

**10.2.** O não comparecimento injustificado no prazo estabelecido caracteriza o desinteresse na contratação, ensejando as sanções cabíveis previstas na legislação, sem prejuízo da convocação dos demais licitantes, conforme a ordem de classificação.

**10.3.** A assinatura do contrato poderá ser realizada de forma presencial ou eletrônica, por meio de sistema próprio utilizado pela contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGENCIA DO CONTRATO:**

**11.1.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze), a contar de sua assinatura, deverá observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar o exercício financeiro, podendo ser prorrogado, conforme art. 106 da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

**12.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**12.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

**12.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

**12.5.** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**12.6.** Rejeitar o veículo ofertado, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.

**12.7.** Notificar, por escrito, à CONTRATADA, defeitos e irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando prazos para sua correção, conforme estabelecido neste termo;

**12.8.** Solicitar o reparo ou substituição dos veículos quando for o caso.

**12.9.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.

**12.10.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

**12.11.** Informar à CONTRATADA sobre quaisquer alterações de horários e rotinas de serviço.

**12.12.** Caso ocorra qualquer irregularidade durante a vigência do contrato por parte da contratada, a contratante aplicará a multa de acordo com o que prevê as normativas do Decreto 5.965/2010.

**12.13.** Exigir a documentação de comprovação do cumprimento das obrigações referentes aos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**13.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990;

**13.3.** Comunicar ao Contratante por e-mail (subsec.patrimonioeserv@gmail.com), no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis que antecede a data de execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**13.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**13.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os veículos nos quais sejam verificados defeitos resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;

**13.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- 13.7.** Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- 13.8.** responsabilizar-se pela garantia do serviço solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
- 13.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;
- 13.10.** A contratada será civil e criminalmente responsável por todo e qualquer acidente ou danos causados aos usuários ou a terceiros, na execução dos serviços contratados, inclusive pagamento de indenizações devidas;
- 13.11.** A contratada fica obrigada e responsável pela observância às exigências das leis de trânsito vigentes;
- 13.12.** A contratada fica proibida de transportar passageiros estranhos aos serviços prestados (CARONA) e principalmente produtos perigosos (inflamáveis);
- 13.13.** A contratada deverá apresentar o laudo de vistoria técnica realizada pelo Órgão demandante ou Detran em cada semestre durante a execução do contrato;
- 13.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 13.17.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 13.18.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.19.** O Horário de apresentação do (s) veículo (s) será informado pelo fiscal do contrato e ou eventual substituto para prestação do serviço, conforme necessidade da ALEAC;
- 13.20.** Atender as orientações do gestor do contrato e seu substituto legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;
- 13.21.** Atender no caso de avaria mecânica ou acidente de trânsito durante a execução do serviço no prazo máximo de até **04 (quatro) horas** para substituir o veículo ou efetuar os devidos reparos;
- 13.22.** Atender a legislação em vigor, no que diz respeito a vale alimentação/refeição (almoço e/ou jantar), vale transporte, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

atividades;

**13.23.** Apresentar, quando solicitado, a respectiva frota de veículos para serem vistoriados e autorizados a prestarem o serviço;

**13.24.** Efetuar o transporte da bagagem e/ou material conduzido pelos servidores (passageiros) no limite de volume e capacidade de carga do bagageiro do veículo utilizado;

**13.25.** Empregar na execução dos serviços pessoal devidamente qualificado, que devam ser identificados com crachá (fotografia recente), contando nº do RG e CPF e uniformizados com padrão da empresa;

**13.26.** Exercer rígido controle com relação à validade de Carteira Nacional de Habilitação de cada motorista, verificando se a categoria é compatível com os serviços prestados, bem como manter regularizada a documentação do veículo;

**13.27.** Fazer com que seus empregados cumpram rigorosamente todas as suas obrigações e boa técnica nos serviços, prestando os serviços, objeto do presente Termo de Referência, utilizando-se de empregados treinados, de bom nível educacional e moral, devidamente habilitados a prestarem serviços de transporte de passageiros (servidores públicos);

**13.28.** Fornecer ao Gestor do Contrato cópia autenticada dos documentos dos veículos e da habilitação dos motoristas que prestarão os serviços, bem como cópia do comprovante de contratação de seguro geral/total de cada um dos veículos. Igualmente, fornecer cópia dos documentos dos veículos, após o respectivo licenciamento;

**13.29.** Informar a CONTRATANTE qualquer defeito que ocorrer com o cabo do velocímetro, com seus lacres ou com o hodômetro, devendo, neste caso, ser apurada a medição da quilometragem devida;

**13.30.** Manter telefone de plantão (24) horas para comunicação de ocorrências durante as viagens

**13.31.** Manter preposto aceito pela contratante, em Rio Branco, para representá-lo na execução do Contrato;

**13.32.** Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, juntamente com as Nota Fiscal Fatura;

**13.33.** Permitir, a qualquer tempo, a realização de inspeção nos veículos colocados à disposição da ALEAC, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, segurança e limpeza;

**13.34.** Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga prontamente a atender;

**13.35.** Responsabilizar-se-á por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem, e demais exigências legais para o exercício das atividades;

**13.36.** Responsabilizar-se por todas as despesas dos veículos utilizados na execução dos serviços, inclusive as relativas com combustíveis, manutenção, consertos, acidentes, multas, licenciamentos, seguro, estacionamento, serviços de reboque, diária e alimentação do motorista e quaisquer outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando a ALEAC de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências;

**13.37.** Subtrair da quilometragem rodada por veículo, aquela utilizada para o





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

abastecimento, manutenção do veículo, ou qualquer efetuado no seu próprio interesse. Serão objeto de cobrança, apenas as quilometragens constantes na Ordem de Serviços;

**13.38.** Substituir, imediatamente, o veículo que vier a ser acidentado ou que apresentar defeito mecânico;

**13.39.** Em caso de acidente, comprovada a responsabilidade do condutor do veículo, a Contratada arcará com a totalidade do valor correspondente aos danos materiais e indenizatórios, inclusive contra terceiros;

**13.40.** Durante os períodos de prestação do serviço contratado, todos os motoristas deverão permanecer com boa aparência, não sendo permitido que os mesmos se apresentem ou permaneçam sem camisa ou com os botões da camisa todos abertos ou com camiseta sem mangas ou descalços. O uso de calça comprida será obrigatório;

**13.41.** Não há qualquer vínculo empregatício entre os empregados da Contratada com a Contratante, sendo a contratada responsável exclusiva pelas obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias ou por acidente de trabalho e quaisquer indenizações, não cabendo, sob qualquer hipótese, solidariedade ou o direito de regresso contra a Contratante.

**13.42.** A contratada também não poderá ceder, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**14.1.** Não será exigida a prestação de garantia na contratação

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1.** A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

**16.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**16.2.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**16.3.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**16.4.** Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**16.5.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**16.6.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**16.7.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**16.8.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**16.9.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**16.10.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**16.11.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**16.12.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**16.13.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**16.14.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**16.15.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**16.16.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO PREPOSTO:**

**17.1.** A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:**

**18.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**18.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**18.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

**19.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**19.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, a contar a data do orçamento, mediante a aplicação, pelo contratante, **do índice IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**19.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**19.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**19.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**19.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**19.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**19.8.** O reajuste será realizado por apostilamento, conforme legislação pertinente.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**20.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

**I** - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

**II** - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

**III** - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

**IV** - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

**V** - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

**VI** - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.

**20.2.** O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**I** - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;

**II** - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

**III** - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

**IV** - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

**V** - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

**20.3.** As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item **20.2.** deste Instrumento observarão as seguintes disposições:

**I** - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

**II** - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

**20.4.** Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**20.5.** A extinção do contrato poderá ser:

**I** - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**II** - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

**III** - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**20.6.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**20.7.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

**I** - devolução da garantia;

**II** - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

**III** - pagamento do custo da desmobilização.

**20.8.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

**20.9.** A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do item **34.3**, ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

**20.10.** Na hipótese do inciso II do item **34.3**, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da Mesa Diretora da ALEAC.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**21.1.** São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam as sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº. 5.965/2010.

**21.2.** Comete infração administrativa, o Contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**21.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**c)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

**d)** Multa:

(1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

**21.4.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

**21.5.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**21.5.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

**21.5.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**21.5.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**21.6.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**21.7.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

**a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**b)** as peculiaridades do caso concreto;

**c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**d)** os danos que dela provierem para a Contratante;

**e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**21.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**21.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

**21.10.** A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

**21.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21

**21.12.** Caso haja sanções administrativas específicas relativas ao objeto pretendido, o setor demandante deverá descrevê-las nos itens abaixo, em observância ao art. 94, inciso XXVI, do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS**

**22.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e Estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

**23.1.** A publicação do contrato no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

**23.2.** O contrato ou documento equivalente decorrente da Ata de registro de Preços será publicado no Sistema de Licitações e Contratos - LICON do Tribunal de Contas do Estado dentro do prazo de 15 (quinze) dias, previsto na Resolução nº 97/2015/TCE/AC, alterada pela Resolução nº 123/2021/TCE/AC

**23.3.** Será publicado ainda, no prazo de 20 (vinte) dias, no Portal Nacional de Licitações Públicas – PNCP, conforme art. 94, da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO**

**24.1.** O Foro para solucionar os litígios decorrentes do presente Contrato é o da Comarca de Rio Branco - Estado do Acre, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**24.2.** E por estarem de acordo com as disposições contidas no presente contrato, assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, representando a Assembleia Legislativa, os Membros da Mesa Diretora, e o fornecedor registrado, seu Representante Legal.

Rio Branco, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**PELA CONTRANTE:**

Deputado .....

**Presidente**



Assembleia Legislativa do Estado do Acre  
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 Centro - CEP  
69909-040 - fone (68) 3213 4000  
e-mail: [cplaleac@hotmail.com](mailto:cplaleac@hotmail.com)



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

Deputado .....

**1º Secretário**

Deputado .....

**2º Secretário**

Pelo Fornecedor:

.....  
CNPJ/MF/MF nº.

Testemunhas:

1. ....

RG n .....

CPF/MF n.....

2. ....

RG n .....

CPF/MF n.....



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

**ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ...../2025.**

NOME COMPLETO DO LICITANTE: \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
EMAIL: \_\_\_\_\_  
TELEFONE: \_\_\_\_\_

CONFORME PLANILHA CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

**OBSERVAÇÃO:**

1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET – CATMAT e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de mínimo 60 (sessenta) dias a contar da data da licitação.
4. Prazo de execução, conforme especificações do Anexo I.
5. Declaração que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
6. Declaração que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Rio Branco - AC, ... de ... de 2026.

(assinatura)(carimbo)  
(nome do responsável)(cargo)



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO V  
MODELO DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**REF.: PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º ...../2025.**

(Nome da empresa)\_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº\_\_\_\_\_,  
sediada(endereço completo)\_\_\_\_\_, neste ato  
representada por (Identificação completa do representante do licitante), devidamente  
constituído, doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar)  
do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em  
especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

**I.** A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada  
de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou  
em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro  
participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por  
qualquer pessoa;

**II.** A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da  
licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante  
potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer  
pessoa;

**III.** Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de  
qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a  
participar ou não da referida licitação;

**IV.** Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da  
licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou  
discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da  
licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

**V.** Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da  
licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou  
recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das  
propostas; e

**VI.** Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém  
plenos poderes e informações para firmá-la.

Rio Branco - AC, ... de ... de 2026.

OBS.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado do licitante.  
(CARIMBO/CNPJ/MF E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)





**ESTADO DO ACRE  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO VI  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO**

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º ...../2025.**

Declaro para os devido fins, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita sob CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, por meio do seu representante legal o Sr(a).: \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_, para os fins de cumprimento ao disposto no item 4 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO, que em seu quadro de funcionários não há empregados e/ ou sócios que se enquadram nas vedações previstas nas referidas condições para participação.

Rio Branco – Ac, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**NOME DO REPRESENTANTE LEGAL  
CPF:**



**ESTADO DO ACRE  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE**

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º ...../2025.**

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA/COOPERATIVA, inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede à ....., por intermédio de seu representante legal infra-assinado, declara, para fins de participação no Pregão Eletrônico SRP n. ..../2025, que:

1. Possui profissionais habilitados e em número suficiente para a execução integral dos serviços objeto do certame, incluindo motoristas devidamente licenciados, capacitados e portadores de CNH na categoria exigida pela legislação de trânsito vigente.

2. Dispõe dos veículos e equipamentos necessários à execução do contrato, em condições adequadas de uso, conservação e segurança, atendendo às exigências do edital, quais sejam:

Ônibus: [informar quantidade] unidades;

Micro-ônibus: [informar quantidade] unidades;

Vans: [informar quantidade] unidades;

Outros equipamentos de apoio operacional necessários à prestação dos serviços.

3. Compromete-se a manter a disponibilidade dos profissionais e veículos declarados durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se por substituições, em caso de necessidade, sem prejuízo da execução dos serviços.

4. Declara, ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração sujeitará a empresa/cooperativa às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

Por ser verdade, firmo a presente.

Rio Branco – Ac, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**NOME DO REPRESENTANTE LEGAL  
CPF:**